



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2008

ACTA Nº 25

Aos dez dias do mês de Abril de dois mil e oito, pelas 21,30 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do artº. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

2 – Prestação de Contas 2007

3 – Contracção de empréstimo Bancário de Longo Prazo para Financiamento de Investimentos Municipais

4 – Alteração ao Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Faustino Santos do PS
- Sr. Engº. Carlos Martins do PS
- Sr. Carlos Vitorino do PSD

Presentes, em representação do Executivo Camarário:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente
- Sra. Vice-Presidente Adília Candeias
- Sr. Vereador Adilo Costa
- Sr. Vereador José Braz Pinto
- Sr. Vereador José Carlos Sousa
- Sr. Vereador Octávio Machado

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. António Couchinho Cardoso justificou ausência à sessão extraordinária de 29.01.2008, tendo a falta sido considerada justificada.
- Sr. Faustino Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Marateca, justificou ausência à sessão de hoje tendo a falta sido considerada justificada.

Solicita aprovação das minutas das actas nºs. 19 de 25.09.2007 e 21 de 28.11.2007, dispensando-se a sua leitura em virtude de terem sido previamente distribuídas. Pergunta se existe alguma observação a fazer em relação às actas.

Sr. António José Santos do PS, apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Gostaria de fazer duas pequenas correcções à acta nº. 19:

- Página quatro - rectificação do nome do munícipe que não é Caneira mas sim Palheira
- Página treze – foi alterado teor da sua intervenção porque não disse que “...*não é de bom tom chamar mentiroso aos seus pares...*” mas sim que “...*os deputados municipais não mentiam quanto muito estariam mal informados...*”

e uma em relação à acta nº. 21:

- Página vinte – onde se lê “...*os trabalhadores sempre foram tratados pelo Partido Socialista com respeito e com dignidade ... e pelas acusações do Sr. Valentim Pinto que a bancada do Partido Socialista deixa de ser aquilo que é ...*” deve ler-se “...*que não era pelas acusações do Sr. deputado Valentim Pinto que a bancada do Partido Socialista deixava de ser quem era ...*”.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, refere duas pequenas incorrecções: uma em relação à taxa do I.M.I. e outra de carácter gramatical tendo já feito chegar essas notas à Dra. Pilar Rodriguez.

Sr. Presidente da Mesa, diz que é impossível neste momento verificar se as intervenções foram feitas desta forma ou não. Os serviços procuram traduzir o mais fielmente possível o que está registado em gravação mas é natural que tenha havido má interpretação do que foi dito. Neste sentido serão anotadas as alterações que serão confrontadas com a gravação. De imediato



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

coloca as actas à votação tendo sido aprovadas por unanimidade com 23 votos a favor (15 CDU, 4 PS, 3 PSD e 1 BE).

Solicita, ainda, a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Agradece a presença do público presente e informa que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção.

Sr. Presidente da Mesa pergunta se algum munícipe quer intervir.

Sr. Carlos Vitorino do PSD inicia participação nos trabalhos cerca das 21,32 horas.

Sr. João Espada, apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Refere que vai apresentar um texto que foi elaborado pela recém eleita Comissão de Utentes de Saúde da Freguesia de Palmela, solicitando a todos os eleitos da Assembleia Municipal, Vereadores e população que se solidarizem com a iniciativa da Comissão e assinem o abaixo assinado.

Sr. Eng^o. Carlos Martins do PS, inicia participação nos trabalhos cerca das 21,36 horas.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se mais algum munícipe pretende intervir.

Antes de entrar no período seguinte gostaria de informar que, a pedido da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Palmela, será realizada uma reunião com a Assembleia Municipal que se prevê para finais de Maio em data a combinar.

Não havendo mais intervenções por parte dos munícipes presentes dá início ao período de Antes da Ordem do Dia, informando que deram entrada na Mesa quatro Moções.

De imediato pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. José Manuel Silvério do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Gostaria de colocar três questões ao executivo e apresentar um esclarecimento à Assembleia.

A primeira questão está relacionada com a construção da nova escola EB1 para Poceirão. Esta escola será construída no interior do recinto da escola EB2/3 do Poceirão e prevê-se que tenha dez salas de aula. Tem havido entre a Câmara Municipal e a DREL todos os acertos necessários ao projecto, tendo esta entidade entregue à Câmara o estudo prévio para a construção. A Câmara irá contrair um empréstimo, que será hoje aprovado, para a construção da mesma. Para memória futura gostaria de alertar esta Assembleia e a Sra. Presidente da Câmara, e respectivo executivo, para o seguinte: os agentes envolvidos no processo de construção desta escola são a Câmara de Palmela, o Ministério da Educação, o Agrupamento de Escolas de Marateca/Poceirão e as crianças que frequentam a EB 2/3 de Poceirão e as que irão frequentar a EB 1 de Poceirão. Todas elas têm pais e encarregados de educação que fazem parte daquela comunidade mas que nunca foram ouvidos sobre esta matéria. Por sua vez os encarregados de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

educação e os docentes da EB 2/3 de Poceirão estão muito preocupados com o ordenamento espacial daquele recinto, para mais ficando a escola com uma tipologia de ensino tão alargado uma vez que vai ser frequentada por alunos desde os cinco aos dezoito anos. Espera, sinceramente, que a futura escola integrada EB 1/2/3 de Poceirão se torne um motivo de grande orgulho para o nosso concelho e não motivo de conflitos, onde os peões se julgam eliminados para decidir sozinhos e depois não virem a ter surpresas. As crianças merecem todo o nosso respeito e os seus pais estarão bem quando os filhos estiverem bem.

Ainda em relação às escolas daquele agrupamento gostaria de colocar outra questão. A Carta Educativa de Palmela no ordenamento espacial, página trinta e seis, preconiza e bem uma possível ampliação da escola de Lagameças para a tipologia EB 1/JI 4+2 ou seja uma escola do 1º. Ciclo com quatro salas aula e as duas de jardim-de-infância. Desta forma pergunta se fará sentido levar as crianças do 1º. Ciclo de Lagameças para a nova escola do Poceirão. Lagameças é o maior núcleo urbano da freguesia de Poceirão e estará a contribuir para o crescimento populacional do concelho como indicam os números que a Sra. Presidente diz ter e não o surpreendem nada. Será muito importante que no recinto da EB 2/3 de Poceirão a Câmara Municipal reserve uma área dentro do terreno para o alargamento da escola até ao 12º. Ano. Lembra que no ano lectivo de 2010/2011 estarão a terminar o 3º. Ciclo cinco turmas daquela escola, cerca de cento e quarenta crianças que terão de sair para fora da comunidade escolar para frequentar o ensino secundário. A Câmara poderá argumentar que o ensino secundário não é da sua responsabilidade e que não tem que arranjar terrenos para alargar a escola, mas é porque o espaço tem que estar contemplado no PDM do concelho. Os terrenos para a escola, pagos ou não pelo poder central, são da responsabilidade da autarquia a quem cabe gerir o seu território. O mais importante desta questão é que as Câmaras são eleitas para defender objectivamente, e precocemente, os interesses dos seus munícipes.

Estas e outras questões devem ser discutidas com a comunidade escolar sem complexos nem tabus pelo que fica o alerta nesta Assembleia para que daqui a algum tempo não se esteja a falar com alguma tristeza sobre estas matérias.

Refere que o projecto da urbanização Vila Serena, em Pinhal Novo, inclui dois espaços verdes para parques de diversão infantil. Apesar dos espaços existirem, os parques não estão construídos e as crianças naquela urbanização já são muitas. Ao que parece a empresa promotora da urbanização – Corrigues – por motivos que todos conhecem não os vai conseguir fazer. Assim sendo os moradores da urbanização gostariam de saber se é a Câmara quem os vai construir até porque é proprietária dos espaços daquela urbanização.

Pergunta, também, em relação ao projecto de urbanização do Poceirão no local do antigo mercado:

- Qual o ponto de situação do projecto;
- Quem se precipitou a anunciar, há quatro anos, os oitenta e um lotes para aquele local, se foi a Câmara ou o promotor;
- Como é que a situação vai terminar;
- Quem é que se esqueceu que no local passa uma linha de água;

Dirigindo-se à Sra. Presidente diz que um pouco mais de informação participativa aos munícipes é sempre desejável.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Por último gostaria de prestar um esclarecimento à Assembleia que até teria sido mais oportuno na última sessão mas não teve oportunidade de o fazer. Não o vai fazer por motivos pessoais mas sim para reflexão de algumas pessoas.

Tem assistido nesta Assembleia a algumas pessoas que, frequentemente, gostam de puxar pelos galões para dizer que já cá andam há muitos anos, sabem muito disto, que há pessoas que não percebem nada disto, quando não são das suas ideias é porque não sabem o que estão a dizer, é porque são analfabetos políticos, é porque são muito principiantes. Quer dizer que no Estado Novo ninguém foi eleito até porque as eleições eram uma fantochada. Quem foi eleito só o foi a seguir ao 25 de Abril, pelo que se há alguém que o foi há muito tempo ninguém foi primeiro que a sua pessoa porque com dezoito anos foi eleito para a comissão administrativa duma freguesia em Lisboa com trinta e seis mil habitantes, a freguesia de Sta. Engrácia. Foi eleito, em Junho de 1974, com três pessoas do MDP/CDE e um que veio a ser da UDP, camarada do Sr. Carlos Guinote que também gosta de puxar aqui pelos galões. Em 25 de Abril de 1975, apenas com dezanove anos, foi eleito para a mesma freguesia. Por tudo isto é bom que as pessoas que gostam de puxar pelos galões se lembrem que os galões são para o exército não são para utilizar nestas situações.

Refere que há pessoas que dizem que as suas intervenções na Assembleia são rudes, são violentas e que parece que está sempre zangado. Gostaria de esclarecer que são eleitos nesta Assembleia com o objectivo principal de fiscalizar o executivo e não para ser simpáticos, até porque a simpatia neste contexto político partidário soa sempre a falso. Lembra-lhe por isso um episódio há muitos anos no final duma Assembleia Municipal de Lisboa em que o então Presidente Eng^o. Cruz Abecassis se dirigiu à sua pessoa e lhe disse: *“...olha rapaz às vezes apetece-me sair da cadeira e vir aqui apertar-te o pescoço. Mas há uma coisa que tu tens, é que tu não és como alguns hipócritas e cobardes que andam por aqui. Pela frente são tudo palmadinhas, beijinhos, abraços mas assim que viram as costas têm todos os defeitos são porque não estudam pela mesma cartilha...”*

Há pessoas nesta Assembleia que não gostam de ser criticadas porque acham que estão num pedestal, que não podem ter contraditório, que não fica bem porque andam cá há muito tempo. Carlos de Sousa quando foi para Setúbal também levava os mesmos tiques, porque em sessões da Assembleia e reuniões de Câmara também ficava muito enervado, dava murros na mesa não admitindo que lhe dissessem determinadas coisas. Com o tempo foi mudando as atitudes até que o Partido Comunista correu com ele. Lembrem-se que Carlos Sousa era um autarca modelo em Palmela por isso é bom que os autarcas modelo em Palmela ponham as barbas de molho.

Por último gostaria de dizer que está nesta Assembleia, com todo o orgulho, em substituição de um camarada seu. Na última sessão alguém com responsabilidades disse que a sua pessoa era um suplente, ao que lhe quer responder que é substituto com muito orgulho e que tem tanta legitimidade em estar aqui como qualquer um dos outros membros. Foi eleito numa lista com a sua identificação e fotografia, as pessoas quando votam não sabem se entram cinco se seis mas sabem que votam naquelas pessoas que estão na lista. O que faltaria na Assembleia da República, no grupo do PCP/CDU, aos que estão sempre a substituir e até com outras situações que não deixam de ser legítimas. É o caso dos deputados que não foram eleitos nesta legislatura



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

e ficaram como assessores até fazerem substituições, como é o caso de Bruno Dias que substituiu Odete Santos.

Para terminar gostaria de dizer que foi eleito por um partido que sempre se apresentou ao eleitorado com o seu símbolo, o punho cerrado, ao contrário de outros que têm um símbolo por quem alguns deram a vida mas que não o utilizam que é o símbolo dos operários e camponeses e da internacional socialista e apresentam-se ao eleitorado por detrás de argolinhas, de FEPUs, de APU's e CDU's. Há algumas semanas um destacado membro da direcção do Partido Comunista disse que já tinha saudades de votar no seu símbolo pelo que pede para pensarem no assunto porque é vergonhoso.

Sr. Carlos Guinote do BE, a propósito da intervenção do Sr. Manuel Silvério não percebe porque é que o seu nome foi chamado à coacção. Diz que na comissão administrativa estava um elemento da UDP, pois quer dizer-lhe que ainda é da UDP com muito orgulho porque não tem que renegar essa sua posição. Trabalha no Bloco de Esquerda como eventual porque como é natural a UDP não faz o trabalho que pertence ao Bloco de Esquerda porque tem um trabalho ideológico que não é visto publicamente.

Em relação à questão da CGTP, que foi falada na última sessão, quer dizer que o Sr. Membro Domingos Rodrigues com o seu estilo de defesa da sua dama, que muito aprecia, insurgiu-se porque a sua pessoa teve um aparte sobre a democracia da CGTP. Em primeiro lugar quer dizer que defende a CGTP e fez a apologia das posições que a CGTP tomou no último congresso, mas também deixou a nota que seria necessário aumentar a democracia na central. O Sr. Membro Domingos Rodrigues respondeu dizendo que havia pluralismo, pelo que lhe quer dizer que não está a falar para um ignorante em sindicalismo nem em política. O pluralismo não é conquistado pelo voto no congresso mas sim por convite e o problema não está no que se vota no congresso mas sim na eleição das direcções sindicais. Dá como exemplo um grupo de amigos seus do Bloco de Esquerda que se propuseram candidatar ao sindicato dos professores do sul e precisaram de apresentar quinhentas assinaturas de sócios do sindicato. Gostaria de lhe lembrar que em 1971 candidatou-se ao sindicato dos químicos com dezoito nomes, e foi suficiente, e estávamos no tempo de Marcelo Caetano. Agora depois do 25 de Abril são necessárias centenas de assinaturas de sócios para um grupo de cidadãos se candidatar aos sindicatos. Quando houver a liberdade das pessoas se candidatarem sem necessitarem deste obstáculo já se pode falar de democracia na CGTP, de qualquer modo não tem outra central sindical pelo que a defende, está ao seu lado e vai às manifestações.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.
De imediato apresenta uma Moção "Saudação ao 25 de Abril" que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, coloca à votação a admissão da Moção tendo sido admitida por unanimidade com 25 votos a favor (15 CDU, 5 PS, 4 PSD e 1 BE).
De imediato pergunta quem quer intervir na discussão da Moção.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Em relação à Moção diz ser pena que em relação a um tema nacional que une os partidos políticos e as forças da sociedade portuguesa surja uma Moção completamente partidarizada. A Moção começa quase em tom poético referindo situações objectivamente verdadeiras nos primeiro e segundo considerandos, mas depois procura impor uma mentira histórica nos considerandos seguintes sendo que as conclusões não irão merecer a discordância de nenhum elemento desta Assembleia.

Em nome da reposição da verdade história gostaria de lembrar uma ou duas coisas.

No considerando três diz que: “... o Partido Socialista trabalhou no concreto nas horas boas e nas horas más e esteve ao lado do país contra a intervenção do FMI...”. Diz não perceber porque o FMI teve duas grandes intervenções em Portugal, uma em 1978 em pleno Governo do Dr. Mário Soares e outra em 1983 com um Governo PS/PSD e que vigorou até finais de 1984 que permitiu o reequilíbrio da balança de transacções correntes portuguesa à custa dos sacrifícios de todos os portugueses. Não é verdade que o Partido Socialista tenha estado contra a intervenção do FMI como também não é verdade que nas horas más, no plano económico-financeiro, tenha sido o Partido Socialista a providencialmente agarrar o país e levá-lo a um caminho luminoso de equilíbrio e de progresso económico.

No considerando quatro diz-se que: “... é com o Partido Socialista que se acertam as más contas a que o país chegou...”. Em sua opinião não será preciso fazer uma grande e extensa demonstração para se dizer que o Partido Socialista herdou o Governo do país na segunda metade dos anos noventa em condições extraordinariamente favoráveis, com as finanças públicas substancialmente saneadas, com uma redução de dez por cento da taxa de juro, com uma conjuntura económica mundial e europeia excepcionalmente favorável que não se voltará a repetir durante muitos anos. Foi com esta conjuntura excepcional que o Governo do Sr. Engº. Guterres, pessoa por quem tem muita simpatia pessoal, levou Portugal a um abismo financeiro no qual estão há sete anos e só agora é que se começa a sair.

Termina a sua intervenção dizendo que é fundamental que a verdade histórica se mantenha quando se procura dar um contexto a uma Moção. O Partido Social Democrata concordando inteiramente com as conclusões mas não está em condições de votar favoravelmente se se mantiverem os considerandos três e quatro que são uma mentira histórica fácil de desmontar.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Refere que está de acordo com o fundamental, ou até com a totalidade, da intervenção do Dr. Bracinha Vieira. Esperar-se-ia que numa Moção sobre o 25 de Abril se procurassem denominadores comuns, e uma matriz, que é possível do ponto de vista democrático, apesar das grandes diferenças ideológicas que os separam, e de uma forma consensual haver uma Moção que fosse congregadora destas diferenças.

A Moção apresentada pelo Partido Socialista não é uma Saudação ao 25 de Abril, mas sim ao Partido Socialista. Narcisismo é o que chama, do ponto de vista político, a esta Moção porque se estão a saudar a si próprios, a tentar ser monopolizadores do 25 de Abril, uma espécie de donos de uma revolução da qual muitas vezes estiveram contra e hoje mais do que nunca contra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Em relação ao acordo com o F.M.I. a verdade histórica factual é indesmentível porque foi o Partido Socialista que em duas ocasiões fez este acordo. Se tivessem omitido este facto seriam poupados a este desmentido que é óbvio e factual.

Quando dizem no texto da Moção que têm sido os defensores da saúde pública e da segurança social com tudo aquilo que têm vindo a fazer estão a fazer um ajuste da história, com a própria história e com o 25 de Abril. Diria as palavras do deputado e dirigente socialista Manuel Alegre, a um semanário na passada semana: “... tomara eu que o Partido Socialista fosse um Partido Social Democrata que já nem isso é...”. Mas não é Manuel Alegre uma voz isolada nesta discordância com esta deriva direitista do Partido Socialista que tem reduzido o espaço da própria direita e que a tem deixado sem encontrar a própria área de intervenção.

Dizerem que defendem a saúde pública quando têm vindo a fazer uma estratificação completa entre os privados, as unidades de saúde familiares, os centros de saúde, claramente dirigidos a estratos sociais identificados na sociedade onde, neste momento, mais de sessenta por cento dos actos médicos já são privados, onde os seguros de saúde proliferam no país para gáudio das seguradores e bancos. As pessoas sentem-se cada vez mais inseguras perante um serviço nacional de saúde que o Partido Socialista tem vindo a dismantelar de uma forma sistemática e avassaladora.

Em relação à segurança social têm tido uma política mais à direita do que tudo aquilo que até hoje os partidos de direita fizeram dismantelando aquilo que existe e deixando uma parte residual do chamado estado providência. Agravam as desigualdades sociais de um país onde vinte por cento da população tem oitenta e cinco por cento da riqueza, onde há uma oligarquia financeira como nunca existiu a não ser antes do 25 de Abril, onde há dois milhões de trabalhadores com trabalho precário, quinhentos mil desempregados, dois milhões de pessoas que vivem no limiar da pobreza, onde a distribuição entre o capital e o trabalho se acentuou nos últimos três anos em mais de vinte e cinco por cento a favor do capital. Pergunta se tudo isto é dum partido que se revê no 25 de Abril.

A manipulação da comunicação social pública é hoje um dado objectivo, as leis eleitorais procuram deturpar e desvirtuar os princípios mais elementares da democracia, existem tiques de autoritarismo com ameaças veladas de intromissão no movimento sindical. Com tudo isto o Partido Socialista está a ajustar contas com o 25 de Abril.

Termina dizendo que é uma vergonha esta Moção apresentada nestes termos pelo Partido Socialista o que não esperado porque, apesar de tudo, há uma matriz democrática neste partido. Era isso que era esperado nesta Moção de forma a congregar algum consenso em torno de uma data que a todos é, seguramente, querida. Moções desta natureza, narcisistas, deturpadoras da realidade histórica e social só merecem uma coisa: a total reprovação.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que a bancada do Partido Socialista deveria ter alguma consideração pelas pessoas porque estão apaixonados e uma pessoa apaixonada, cega. Considera que alguns dos seus membros sofrem ao apresentar uma Moção destas e até nem devem dormir facilmente.

Se a bancada do Partido Socialista apresentasse uma Moção onde se dessem vivas ao 25 de Abril seria uma boa posição e todos votariam favoravelmente, desta forma não porque esta Moção não resiste aos factos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Ainda há pouco um elemento ligado à Comissão de Saúde falou sobre problemas de saúde neste concelho, que não são só do concelho. Será que os Srs. Membros do Partido Socialista não vêm a realidade? Não é sério dizer que estão a tratar da saúde, estão a tratar mas é no sentido em que o povo diz. Os custos da saúde são cada vez maiores quando Constituição diz que a saúde deve ser tendencialmente gratuita mas o Partido Socialista está a fazer ao contrário.

Para terminar gostaria de referir o ponto três do último considerando, dizendo que os jovens têm cada vez menos direitos, trabalhando a prazo, sem garantias, ficam mais anos na casa dos pais porque não têm condições para organizar as suas vidas. Esta é a realidade do que se passa pelo que não vai poder votar favoravelmente a Moção.

Sr. José Manuel Silvério do PS, diz que é sempre com emoção que fala do 25 de Abril e deixa-o muito triste a visão que se tem numa celebração desta data só ter de uma forma facciosa os interesses partidários porque políticos serão sempre.

Numa referência prévia quer dizer que conhecem bem o camarada Manuel Alegre, aquilo que ele diz do PS e as posições que tem porque há democracia no partido. A prova que há democracia no partido é que também conhecem as posições de Luisa Mesquita e a posição é diferente.

Para celebrar o 25 de Abril apetece-lhe dizer que alguém que, no dia 25 de Abril de 1974, saiu da sua casa em Lisboa para ir para o seu emprego e às 8 horas estava na rua do Arsenal com alguns militares e sem perceber o que estava a acontecer. Acompanhou toda a situação e às 14 horas estava no largo do Carmo, juntamente com uma mole humana, perto do chaimite e de Salgueiro Maia. Pelas 16 horas estava a desviar o trânsito na Penha de França para que o chaimite que subia a calçada dos Poços Mouros se pudesse situar em frente do edifício da Legião. Andou até às duas da manhã a distribuir pacotes de leite e fruta aos soldados que ali andavam a defender a liberdade e a mudança do regime. Trabalhava na metalomecânica e o único sindicato organizado naquela altura era o dos metalúrgicos cuja quota era paga através da folha de ordenado. Participou em cinco dias na organização do 1º. de Maio que mobilizou cerca de duzentas mil pessoas do Terreiro de Paço até ao estádio 1º. Maio. Foi ao aeroporto esperar uma pessoa que era contra o regime e se chamava Mário Soares. Esteve seis horas em Sta. Apolónia à espera de uma pessoa que estava contra o regime e se chamava Álvaro Cunhal. Por tudo isto e por ter participado nisto tudo não pode falar do 25 de Abril da forma como aqui se fala,

Refere ainda que também em 1975 foi várias vezes chamado para, junto com outras pessoas, ir para a porta da Nuno Gonçalves explicar a Zita Seabra e seus "*muchachos*" que aquelas pessoas que estavam numa reunião tinham o direito de lá estar apesar de não pensarem como ela. Diz que se ninguém fosse contra Zita Seabra, e quem pensava como ela, o partido em que ela hoje milita não existiria o que é caricato.

Entristece-lhe a maneira como pessoas que assistiram ao 25 de Abril pela televisão falam sobre este acontecimento, pessoas que na altura andavam de fraldas e que agora falam como se se apropriassem do 25 de Abril e dos seus valores. Termina dizendo que às vezes lhe apetece gritar: "*...tirem-me de ao pé destes malucos...*".



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. Presidente da Mesa gostaria de relembrar o artº. 35º. do Regimento da Assembleia Municipal, solicitando a melhor atenção para o seu conteúdo, tendo em conta que a agenda desta sessão é muito extensa.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que ouviu com muita atenção tudo aquilo que aqui foi dito porque o Partido Socialista é um partido democrático e humilde. Não são detentores da verdade mas é com a verdade que se faz o caminho e tem que ser debatida, daí o contraditório e a democracia. Refere que na terceira linha do texto da Moção assumem que também erram. Diz ainda que podem reformular duas linhas no texto:

- no terceiro considerando onde se acrescenta “... nas difíceis negociações com o FMI...” reconhecendo que o texto fica mais correcto;
- no ponto quatro rectificar para “... se reascertam as más contas ...”.

Gostaria de chamar a atenção que foi o então Primeiro-ministro António Guterres que encontrou a miséria que grassava no distrito de Setúbal que é indesmentível.

É verdade que não se pode escamotear nem alterar a verdade histórica, e se assume algum desacerto em relação à questão do F.M.I.; já em relação à governação de Guterres não podem esquecer o estado do distrito de Setúbal nessa altura.

Falou-se de paixão e é bem verdade porque é com paixão que se fazem as coisas, ainda não a perdeu e não a quer perder aos sessenta e dois anos. Tinha vinte e sete anos quando teve o privilégio de viver o 25 de Abril e pensar que os seus filhos iriam nascer homens e mulheres livres.

O Partido Socialista não tem o monopólio do 25 de Abril, mas não deixaram que partidos totalitaristas assumissem o monopólio do poder e esse facto custa muito a engolir. Lutaram todos no 25 de Abril para que todos estes partidos políticos estivessem hoje neste local, os munícipes pudessem estar presentes a assistir e todos pudessem falar. Têm direito ao contraditório, bateram-se e não-de continuar a bater-se para dizer não aos partidos totalitaristas, porque tiveram a coragem de se ter assumido socialistas na batalha contra o totalitarismo no pós 25 de Abril. Não são os donos do 25 de Abril mas contribuíram e continuarão a contribuir para os valores do 25 Abril.

Vive-se um momento global muito difícil e não podem ser hipócritas e brincar com coisas sérias. Vive-se num mundo global, que espartilha, que obriga a tomar as decisões possíveis. Como médico, e gestor em saúde, tem vivido momentos muito difíceis em que só podem tomar determinadas posições que são as únicas possíveis e não são balizadas ideologicamente, são balizadas pela prática.

Termina dizendo que honram o 25 de Abril, não são os donos do 25 de Abril mas foi o Partido Socialista que permitiu a possibilidade de hoje estarem todos juntos e não haver totalitarismo no país.

Sr. Presidente da Mesa, recorda que para a discussão desta Moção ainda estão inscritos seis membros da Assembleia. Se não for tomada em conta a chamada de atenção que fez anteriormente corre-se o risco do tempo terminar e as restantes Moções nem sequer serem discutidas. Deste modo apela ao bom senso de todas as bancadas para as intervenções que ainda venham a ser feitas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. Eng^o. Carlos Martins do PS, gostaria de dizer uma só coisa, com muita humildade, até porque o seu camarada de bancada já disse que o Partido Socialista tem bons e maus momentos e faz muitos disparates. Não é fácil ouvir as outras bancadas dizerem com frontalidade que se fazem disparates na saúde, na segurança social, na educação, na justiça, etc., mas gostava que o primeiro que governasse a seguir não fizesse disparates e fizesse tudo bem. Assumem esses erros e dizem-no com frontalidade até porque há pessoas dentro do seio do partido que afrontam essas questões e têm opiniões diferentes daquilo que é o pensamento comum. É uma característica do Partido Socialista que é multipolar, tem várias opiniões.

O desafio que gostaria de deixar tem a ver com uma frase que viu escrita numa Moção do Partido Comunista, onde se dizia a dada altura “...o PC teria para instituir, ou gostaria de instituir ou pretende instituir, uma administração pública moderna, eficiente, próxima do cidadão, servindo o desenvolvimento, a coesão nacional e capaz de responder aos desafios da modernidade ...”. Posto isto o Partido Socialista desafia o PCP a numa próxima sessão, ou reunião, trazer esse projecto para eventualmente ser discutido e até votado. Gostaria de conhecer esse projecto inovador que o PCP tem para qualquer uma das áreas da governação seja ela a saúde, a justiça, a segurança social ou a educação. Em vez de sistematicamente criticarem os projectos e os erros que os outros cometem, e cometem porque fazem, gostaria que dessem a conhecer esse projecto mirabolante, sensacional, sem defeitos e que levaria o nosso país a um modelo de desenvolvimento que em sua opinião é excepcional.

Sr. António Cardoso do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que vai contar uma pequena história de um jovem com 18 anos, em 1976, que está num determinado dia a fazer trabalho partidário dentro duma secção e que, pelas 10,30 horas, o COPCON entra dentro da secção e leva-o para o reduto sul de Caxias. Esse reduto era comandado pelo tenente Judas que eventualmente podia fazer parte do Conselho da Revolução nesse ano e era militante do PCP. Esse jovem a que se acabou de referir é a sua própria pessoa e esta história não é do conhecimento dos seus camaradas. Depois das vicissitudes que passou no reduto sul de Caxias, desde espancamentos a outras formas de coação, com o reduto rodeado de chaimites, com os apelos das famílias para que fossem libertados, pergunta se era este o projecto do 25 de Abril que alguns senhores que aqui estão hoje queriam.

Ao Sr. Carlos Guinote gostaria de relembrar a frase que Otelo Saraiva de Carvalho deu a todos, e aos portugueses em geral, que era “...eu meto-os todos no Campo Pequeno ...” recordando que foi nessa altura que foi preso politicamente.

Antes do 25 de Abril, em Vila Franca de Xira, com o cantor Zeca Afonso participou no Colégio Nocasi em diversas actividades políticas, que não sabia porque era miúdo, nunca foi preso o que veio a acontecer depois do 25 de Abril.

Termina dizendo que o Partido Socialista, não sendo o único, felizmente tem tido alguma postura no desenvolvimento da democracia portuguesa.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU apresenta cumprimentos a todos os presentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Diz que já tiveram neste fórum oportunidade de muitas vezes trocarem ideias acerca de doutrinas, de princípios, de conceitos que deveriam estar ou não em determinadas Moções sobre o 25 de Abril.

Recorda que no passado era a bancada do Partido Socialista que os acusavam de fazer algumas Moções com uma carga demasiadamente doutrinária porque metia o dedo na ferida de algumas portas que Abril abriu e que estão a ser fechadas. Apesar de tudo conseguiram, de uma maneira geral, chegar a um consenso e a partir desta Assembleia prestar homenagem e saudar esta data histórica para o povo português.

Aquilo a que se está a assistir hoje veio abrir feridas por diversos motivos, mas que começa logo por um erro de forma porque o texto do documento é um elogio em boca própria, é uma mentira que até poderia dar a volta ao mundo sem a verdade ter tempo de se vestir e desmentir, é uma saudação ao Partido Socialista e não ao 25 de Abril.

Há um aspecto formal que faz com que não possam estar de acordo com a substância do documento, e mesmo até nos três pontos finais, e os faz dizer que os sábios preferem coisas simples.

Por outro lado as pessoas que aqui estão a assistir não ficarão com boa ideia de alguns titulares dos cargos políticos, e não é por os verem em desacordo mas por perceberem que afinal em aspectos elementares e essenciais estão a criar clivagens completamente desnecessárias.

Não vai contar a sua história do 25 de Abril, mas diz que o Sr. Presidente da Mesa deveria estar em Palmela onde também a sua pessoa se encontrava neste mesmo espaço, no rés-do-chão deste edifício, a ter aulas num liceu improvisado. Passados poucos meses sentiu rapidamente as diferenças, mas não vai falar da sua história, dos presos políticos que acolhia na barbearia de seu pai porque o caso não vem para aqui. Cada um fez o percurso que entendeu fazer e fê-lo em liberdade, deu o seu contributo, houve avanços e recuos.

Neste momento o que era fundamental era poderem ter uma Moção que saudasse os capitães de Abril, o povo que saiu à rua e que fez Abril, as conquistas essenciais do 25 de Abril e que hoje estão a ser postas em causa ou seja o trabalho com direitos, a segurança social e a saúde para todos.

Apesar de poderem ter diferenças de opinião sobre o caminho a seguir para chegar a esses objectivos está certo que poderiam ter evitado esta mais de meia hora de discussão, apesar de discutir ser útil e o dever do cidadão é não se calar e isso foi ganho com o 25 de Abril. Fica triste por ver que uma Moção acaba por os dividir numa coisa que os devia unir. Não sabe o que é isto quererá dizer em termos de antecipação do que virá a ser a sessão solene do 25 de Abril, porque aí sim poderão exprimir os caminhos e modelos diferentes de sociedade e como é que cada um faria Abril à sua maneira.

Aquilo que é essencial passou ao lado desta Moção e este documento vai ficar, tristemente, na história desta Assembleia porque pela primeira vez não irá votar uma Moção sobre o 25 de Abril, porque se trata de uma Saudação ao Partido Socialista, e não há razões para o fazer. Quando fizerem acções concretas e úteis que possam merecer o seu apoio fá-lo-á como já o fez publicamente em matérias onde poderá estar de acordo.

Termina dizendo que poder-se-ia responder taco a taco a questões que foram levantadas mas gostaria de dizer que em relação aos projectos que o Partido Comunista Português tem para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

a sociedade portuguesa estão nas teses de congresso e nos projectos lei do grupo parlamentar do PCP que o Sr. Membro Carlos Martins não lê.

Sr. António José Santos do PS, diz que vai tentar ser muito breve porque não era para intervir mas, apesar de alguns dos seus camaradas já terem tecido algumas considerações sobre o 25 de Abril, gostaria também de falar sobre o assunto.

Começa por referir a frase já dita esta noite: “... onde é que estava no 25 de Abril?...” e por dizer que alguns dos membros da sua bancada não recebem, concerteza, de ninguém lições de democracia nem de moralidade.

Apesar de poderem ter ideias diferentes, podem ter caminhos diferentes, por isso são de partidos diferentes, mas há uma coisa que todos devem ter que é respeito uns pelos outros e educação.

Ouviu intervenções que são dum desrespeito total para os presentes que não recebem lições de democracia e não há duvida nenhuma que muitos, mesmo aqueles que em 1975 andaram a lutar pela unicidade sindical, são democratas desde a primeira hora, defendem a liberdade embora cada um tenha a sua forma de seguir o caminho.

Gostaria de apelar a esta Assembleia que, mesmo trocando ideias diferentes, não chegasse ao rasar da falta de educação e respeito uns pelos outros. Sabe que há membros da bancada da CDU que não sabem o que dizem errado, porque estão sempre certos, mesmo atingindo com faltas de educação extrema outras pessoas e outros democratas. Hoje nesta sala houve democratas que foram ofendidos e isso a bancada do Partido Socialista não admite seja a quem for, porque não pode estar em causa na mente de ninguém que os membros do Partido Socialista tenho algum défice de democracia ou que não defendam a liberdade e o 25 de Abril. Podem ver o 25 de Abril de formas diferentes, podem discutir noutro fórum a forma como cada um o viu, podem contar histórias que aconteceram, muitas delas nos anos setenta e cinco e setenta e seis, e neste distrito o PCP tem muitas histórias para contar negativamente.

Termina apelando a que se parta do princípio que são pessoas educadas, civilizadas e que se respeitam uns aos outros.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que a sua intervenção vai ser um pequeno apontamento com o intuito de tranquilizar o Sr. Dr. Álvaro Amaro.

Lembra que na história desta Assembleia só houve um episódio dramático protagonizado por um elemento do PSD, numa sessão solene, e em que houve uma clivagem. Tratou-se de uma clivagem de tal forma triste que esse elemento desapareceu de cena.

O Partido Socialista quis trazer ao debate político o seu entendimento do 25 de Abril, os valores porque se têm norteado, aqueles que os cimentam e que constituem a interligação enquanto partido.

É evidente que numa sessão solene têm que cercear e não irão entrar em luta política, mas sim celebrar o que une todos os cidadãos portugueses e todos os democratas.

Esta sessão é o fórum político e por isso, aqui, não devem ter medo nem fugir às ideias. Devem defender aquilo em que acreditam, não só a bancada do PS mas todas as outras bancadas. Ninguém é o dono da verdade mas todos acreditam em valores exteriores que os diferenciam e espera que em conjunto construam um melhor Portugal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, em relação à intervenção em que foram referidos actos de falta de educação diz que não se devem ter passado nesta sala. Quando nas intervenções políticas há debate político e depois há um Sr. Membro que diz que há falta de educação, e de respeito, existe a necessidade de fundamentar o que está a dizer. Ninguém em tempo algum faltou ao respeito, houve sim um manifestar de concordância ou discordância política relativamente ao que foi apresentado uma vez que cada pessoa tem o seu estilo de intervir.

Em relação à pergunta onde é que estaria no dia 25 de Abril aconselha-o a ir à Torre do Tombo para consultar a ficha da Pide-DGS, desde 1971, e aí obterá a resposta.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido reprovada por maioria com 16 votos contra (15 CDU e 1 BE), 4 abstenções do PSD e 5 votos a favor do PS.

Sr. Carlos Guinote do BE, apresenta Moção sobre “Delimitação da Reserva Ecológica Nacional” que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, coloca à votação a admissão da Moção tendo sido admitida por maioria com 20 votos a favor (15 CDU, 4 PSD e 1 BE) e 5 votos contra do PS.

De imediato pergunta quem quer intervir na discussão da Moção.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que com o volume de trabalho que ainda têm, tendo em conta que esta Moção foi admitida por maioria acha que não deve haver lugar à sua discussão para um maior rigor nos trabalhos.

Sr. Presidente da Mesa, diz que a opinião do Sr. Dr. Miranda Lemos ficou anotada e pergunta quem quer intervir na discussão da Moção.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à presente Moção é sua opinião que deveria vir a discussão, assim como todas as outras, uma vez que ainda há pouco se falou em democracia e o Bloco de Esquerda também tem voz nesta Assembleia a par das outras forças políticas que também apresentaram Moções. Se é descabida ou não ver-se-á durante a discussão e em democracia tem que se aceitar apesar de muitas vezes não se concordar.

Relativamente ao conteúdo diz que o regime da REN vive um estado fundamentalista. Não se pode intervir numa linha de água que nem leito tenha desde que ela seja considerada como REN, não há definição da espessura do solo e por isso não se podem passar tubagens por debaixo das linhas de água. Toda esta situação é levada ao extremismo e a REN só é levada em conta em determinadas situações, porque é área inundável, porque há biodiversidade que é preciso proteger, porque há um nível freático elevado, etc.

Relembra que se vive num estado em que a REN bruta foi lançada para a cartografia e actualmente não se permite construir porque é REN nem que essa REN coincida com um traçado de um risco. A comissão de REN reúne uma ou duas vezes por ano e os pedidos de eventual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

desanexação de terrenos dos particulares têm que ser feitos por intermédio das Câmaras Municipais. Pergunta porque não alterar este regime da REN já que é uma REN fundamentalista. Diz ainda que também há grandes restrições à reconstrução de edifícios devolutos que foram delimitados em REN. Vive-se uma proibição total do regime de REN apesar de na última legislação, de 2007, já terem sido limadas algumas arestas.

Em sua opinião este Governo, ou outro que estivesse em funções, faz muito bem em rever um regime que não serve a população em geral nem o desenvolvimento do território. Não está a falar do desenvolvimento industrial mas sim um desenvolvimento ambiental, porque tem que se saber o que é a REN e porque é que é REN. Não existe ninguém melhor que os municípios para gerir o território municipal, e não é concerteza uma comissão de REN nem uma CCDD-LVT que conhece o terreno e o território, porque muitas vezes nem ao local se deslocam.

Há que regulamentar e ir de encontro às necessidades, porque existe uma grande falta de ordenamento no quadro da REN, mas com a existência de limites que não passará apenas pela elaboração da legislação esquecendo as metodologias de fiscalização. A Assembleia Municipal tem todo o direito, em sede de comissão de Ambiente, de fiscalizar os actos da Câmara Municipal de acordo com esse novo regime de REN que está em preparação.

Termina dizendo que a bancada do PSD relativamente a esta questão não é fundamentalista mas também não é facilitista, pelo que irá ter uma posição moderada optando pela abstenção.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, refere que a intervenção do Sr. Membro Fernando Nascimento foi muito esclarecedora para se perceber o que está em causa.

Crê que a Moção peca por ser um pouco alarmista e faltar uma base substancial de informação sobre o que vai estar em análise. Por um lado existe algum consenso desde o último congresso da ANMP em flexibilizar, agilizar e até descentralizar um conjunto de competências na área do ordenamento do território e ambiente sem que isso signifique que passemos a ter um quadro de intervenção sem quaisquer limitações.

A forma como é referido o que se passa em alguns concelhos da área da grande Lisboa dá a sensação que, mais uma vez, os autarcas são os malandros quando as intervenções efectuadas no solo tiveram que ter a autorização de outras entidades. Isto não pode ser dito desta forma sob pena de se criar um clima de suspeição à priori sobre qualquer titular de cargo político porque há leis a cumprir.

Poderá estar em causa neste decreto-lei, em preparação, a elaboração de cartas de REN a outra escala e deixar para os municípios a resolução de pequenas questões no âmbito das actualizações e revisões dos seus planos de ordenamento do território. Na sua freguesia tem casos caricatos como sejam uma auto-estrada em zona ecológica e as pessoas que têm a quinta mesmo ao lado não poderem fazer uma habitação com projecto rural oferecido pela Câmara.

O que está em causa, e daí o sentido de voto da CDU, é o facto de não se conhecer ainda o projecto ou ante projecto pelo que consideram que embora o assunto deva merecer a atenção não faz sentido utilizar o termo "*municipalização da REN*" porque concerteza isso não irá acontecer. A REN continuará a ser tal como o nome indica Reserva Ecológica Nacional, poderá é haver a possibilidade dos municípios fazerem acertos mas sempre em articulação com organismos da administração central que deviam esses sim estar muito mais regionalizados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Termina dizendo que sem dizer que a Moção é despropositada, porque poderá haver uma discussão muito mais profunda no futuro, neste momento poderá ser prematura pelo que o sentido de voto da bancada da CDU será a abstenção.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, refere que os argumentos aduzidos pelos Srs. Membros que o antecederam já pronunciam o sentido de voto da bancada do PSD em relação a esta matéria.

No entanto, e em abono da Moção que Sr. Carlos Guinote aqui apresenta, não queria deixar de dizer que nesta matéria tem havido muita controvérsia entre os “sábios” do ordenamento do território tendo acabado por prevalecer uma tese defendida sobretudo pelo Prof. Sidónio Pardal que considerou que os valores incorporados na REN são valores relativos e que poderão haver situações em que eles devam ser afastados.

Há também que reconhecer a existência de erros físicos de localização da REN na cartografia, sendo que a actual legislação já prevê meios para os poder ultrapassar. Têm que se situar num campo em que não haja propriamente um fundamentalismo mas gostaria de referir a simpatia com que vê uma ideia transposta pelo Sr. Carlos Guinote. A reserva ecológica, a rede natura e os parques naturais são essenciais para o desenvolvimento económico português, nomeadamente na área do turismo e os proprietários que têm terrenos nessa situação são fortemente penalizados não tendo nenhuns incentivos para que os possam desenvolver economicamente mantendo-os intactos ou valorizando-os. Este problema mais tarde ou mais cedo terá que ser encarado de frente sob pena de haver atentados abusivos cometidos contra a REN, a RAN e a Rede Natura.

Termina dizendo que a bancada do PSD se vai abster por não conhecer a legislação, não querendo deixar de exprimir a sua convicção pessoal que não é muito diferente do que o Sr. Membro Carlos Guinote referiu.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que terminou a Moção poucos minutos antes da sessão se iniciar tendo faltado um sexto parágrafo, solicitando a sua inclusão no texto, que diria: *“Uma alteração de REN deve obedecer a uma discussão pública profunda.”*

O que levou o Bloco de Esquerda a apresentar esta Moção tem a ver com afirmações de dirigentes do PS sobre a intenção da alteração à legislação bem assim como uma petição pública ao Presidente da República para não assinar este projecto ou o decreto-lei. Ambientalistas de várias organizações, como Quercus e Geota, professores universitários, biólogos, Pro-urbe, fazem parte da lista de pessoas que encabeçam esta petição daí que não seja uma maluqueira saída da cabeça dos bloquistas. Termina dizendo que existem sérias apreensões quanto àquilo que o Governo pretende fazer.

Sr. António Cardoso do PS, pelas 23,05 horas deu por finda a sua participação nos trabalhos.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que o Partido Socialista tem que assumir as suas responsabilidades em todos os momentos e em qualquer órgão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Votaram contra a admissão desta Moção por ser extemporânea, porque ninguém conhece ainda a legislação, por estar incompleta, por não estar fundamentada e podendo até levar a interpretações erradas, sem falar no odioso ou no ónus subjacente dos autarcas eleitos que está plasmado no texto. Perante isto e perante o risco que esta Moção, com a abstenção da CDU, do PSD e se o PS se abstivesse, passasse com o voto do Bloco de Esquerda.

O Partido Socialista assume as suas responsabilidades políticas em qualquer momento e em qualquer órgão sempre que confrontados com as responsabilidades superiores da nação. Neste sentido irão votar contra porque têm que o fazer pela forma como a Moção aqui foi apresentada.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido reprovada por maioria com 4 votos contra do PS, 19 abstenções (4 do PSD e 15 da CDU) e 1 votos a favor do BE.

Sra. Dra. Celeste Oliveira do PSD, apresenta Moção sobre “Provedor dos Cidadãos com Deficiência” que ficará apensa à presente acta.

Sr. Presidente da Mesa, coloca à votação a admissão da Moção tendo sido admitida por unanimidade com 24 votos a favor (15 CDU, 4 PS, 4 PSD e 1 BE). De imediato pergunta quem quer intervir na discussão da Moção.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, refere que a problemática da deficiência ligada às questões da mobilidade merece hoje da parte de todos os cidadãos uma atenção redobrada. É lícito dizer-se que há uma maior consciencialização cívica destas questões que olham os cidadãos portadores de deficiência com olhos de diferença, mas também de igualdade de direitos, o que implica que todos os organismos façam um esforço para tornar a vivência desses cidadãos e o seu dia a dia cada vez mais inclusivo eliminando quaisquer obstáculos e barreiras seja à sua circulação seja à sua inclusão social.

Em sua opinião o conjunto de objectivos que estão plasmados neste documento não é desconhecido para o Município. Na generalidade os Presidentes de Junta são os primeiros a quem os cidadãos recorrem porque estão mais perto, e assim não têm quer ir a Palmela, com quem têm uma relação de proximidade partilhando muitas ideias, muitas certezas e muitas esperanças daquilo que é necessário fazer. Verdade seja dita que têm tido da parte dos organismos municipais, em particular da Divisão de Intervenção Social, respostas muito satisfatórias.

Não sabe se alguns dos Srs. Membros repararam mas em Pinhal Novo proliferam, de alguns anos a esta parte, um conjunto muito elevado de parques de estacionamento exclusivos e específicos para viaturas de cidadãos portadores de deficiência. Foi desenvolvido pela Câmara Municipal um estudo chamado “Plano Chão”, que é um instrumento de ordenamento, e que tem estado progressivamente a tentar alargar o âmbito desse estudo. Teve uma área intervencionada que mereceu um prémio - bandeira de prata da mobilidade – havendo ainda um longo caminho a percorrer nesta área.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

O que aqui questiona é se a figura do provedor surge porque os organismos não funcionam. Não tem essa ideia porque em sua opinião as coisas funcionam efectivamente. Por outro lado parece-lhe que existe um conjunto de intenções que acabam por ser sempre em apresentar recomendações à Câmara Municipal quando existem outros organismos com que se pode interagir. Muitas vezes é “secretário” desses cidadãos, faz a sua obrigação, fazendo chegar a sua voz e representando-os junto dessas entidades, quer sejam bancárias, públicas ou privadas.

Não deixando de reconhecer que esta matéria merece alguma reflexão, acha que por esta ordem de ideias teriam que ser criados provedores para tudo. Seria mais um órgão fiscalizador? Pergunta se a Assembleia Municipal não fiscaliza, não intervém, não chama a atenção da Câmara Municipal para aquilo que é necessário fazer nesta matéria.

Tem algumas dúvidas que o caminho passe pela criação de provedorias para tudo e mais alguma coisa. Aposta sobretudo no funcionamento dos organismos, das instituições e todos os presentes têm responsabilidades fazendo com que esses organismos e instituições dêem as respostas que os cidadãos querem e neste caso concreto nesta área.

Termina dizendo que deixa numa primeira fase esta reflexão sendo que este assunto é muito interessante, e apaixonante, mas alerta para o facto do tratamento e resolução daquilo que é mais essencial, a curto e médio prazo, para estes cidadãos pode não passar pela criação da figura do provedor.

Sr. Carlos Vitorino do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que esta Moção surgiu duma iniciativa que foi proposta pela Juventude Social Democrata e que tem em vista todas as situações com que nos deparamos no dia a dia. É óbvio que algo foi feito e tal como referiu o Sr. Dr. Álvaro Amaro, Presidente de Junta de Pinhal Novo, há situações que se resolvem e outras que se vão resolvendo, o que é verdade. Mas também é verdade que também há muito por fazer e recorda a questão da passagem sobre a via-férrea em Pinhal Novo. É evidente que a única hipótese que as pessoas têm é passar pela estação porque a outra passagem é completamente inoperacional. Recorda que muitas das ruas e locais do nosso concelho não estão preparados para cidadãos com mobilidade reduzida.

Esta Moção tem um sentido, a criação da figura do provedor tem como objectivo que não sejamos só nós a dar voz às preocupações dos cidadãos com deficiência mas que essa possibilidade recaia neles directamente e que tenham um órgão a quem se dirigir e uma figura para a qual possam apelar.

Quanto à sugestão feita pelo Sr. Dr. Álvaro Amaro em relação à possibilidade de recorrer a outras entidades, que não só à Câmara Municipal, é acolhida de bom grado. O que aqui se pretende é que o provedor tenha uma actuação dentro do concelho mas de âmbito global, ou seja se por exemplo uma repartição de finanças não tem um acesso para deficientes tal facto deve ser apresentado a quem de direito e neste caso ao estado. Se um centro de saúde, com uma obrigação ainda maior, não tem a possibilidade de um acesso directo de deficientes é óbvio que também esta situação tem que ser apresentada no órgão próprio.

Termina a sua intervenção dizendo que o fundamento da Moção é que seja criada uma figura que dê a possibilidade das pessoas serem ouvidas e de directamente saberem quem é o interlocutor. Este é o desafio que foi proposto à bancada do PSD pela Juventude Social



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Democrata sendo certo que acolherão toda e qualquer proposta no sentido de melhorar a Moção e inclusivamente saber qual a opinião que a Câmara Municipal tem sobre o tema.

Sr. António José Santos do PS, diz que a bancada do Partido Socialista gostaria de propor que no caso desta Moção ser aprovada seja acrescentada a seguinte adenda: "O provedor ao fim de um ano do seu mandato deverá dar conta à Assembleia Municipal da eficiência e eficácia do seu trabalho."

Gostaria de deixar uma pequena nota ao Sr. Dr. Álvaro Amaro dizendo que a Junta de Freguesia de S. Sebastião, em Setúbal, já tem um provedor destes que lhe parece ser o único nesta zona.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, tendo em conta os argumentos já aduzidos pelo seu camarada Álvaro Amaro diz que acredita na bondade da proposta, na preocupação e na visão humanista que no fundo ela encerra e que contrasta com uma legislação recente do Partido Socialista quando retirou aos deficientes prerrogativas que tinham relativamente ao IRS. Isto é que é uma atitude verdadeiramente de insensibilidade social.

Em relação à Moção diz que as provedorias aparecem associadas a grupos socialmente desfavorecidos, ou sem voz e poder, e que haveria a possibilidade de se cair num risco desnecessário de duplicar órgãos de intervenção. A Câmara Municipal tem a responsabilidade e se não o estiver a fazer bem tem este órgão a obrigação de a criticar de não o estar a fazer. Em sua opinião está a fazê-lo, sempre com necessidade de melhoria, e tem uma área de intervenção social nesta matéria. Existe um Conselho Municipal de Mobilidade, as Comissões Sociais de Freguesia, o Conselho Local de Acção Social que incorpora estas preocupações e a preocupação de estar sensível a estas necessidades e integrar em políticas progressivamente mais coerentes.

Em relação às barreiras arquitectónicas diz que existe indiscutivelmente um défice nesta matéria a nível dos edifícios públicos em geral, pelo que necessita uma atenção muito especial. A autarquia tem tido essas preocupações e existem estruturas locais que envolvem um conjunto de instituições já referidas e que intervêm nesta matéria.

Termina dizendo que acredita na bondade das preocupações do PSD e que o objectivo não foi de criar organismos paralelos com o intuito de criar dificuldades ou de duplicar intervenções entre a Câmara e essas provedorias, mas havia objectivamente o risco que isso acontecesse. No entanto existem mecanismos, estruturas e antes de mais a própria Câmara que está atenta à matéria e a Assembleia aqui estará para a avaliar e julgar.

Sr. Carlos Guinote do BE, em relação à Moção por si apresentada anteriormente gostaria de referir que o Secretario Geral do PCP Jerónimo de Sousa está oficialmente contra o projecto do PS.

Em relação à presente Moção diz que é simpática só que existe um problema a nível do funcionamento da Assembleia porque as comissões instituídas não reúnem. A questão é que se vai criar um novo órgão que não funciona e não reúne.

Relembra uma questão por si apresentada à Câmara Municipal, já há algum tempo, e que tem a ver com a acessibilidade na urbanização a norte das piscinas em Pinhal Novo. O problema



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

é que existe uma maioria que não resolveu o problema e o mesmo aconteceria com esta figura da provedoria que também seria concertada da maioria CDU.

Em sua opinião acha que esta figura não iria resultar e daí não poder votar esta Moção.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, em sua opinião a proposta do PSD faz todo o sentido apesar de incómoda para a Câmara e por isso a CDU irá votar contra.

É incómoda para a Câmara e para isso basta dirigimo-nos ao edifício dos Paços do concelho e verificar da impossibilidade de cidadãos portadores de deficiência terem acesso aos serviços do piso superior. Também o edifício onde esta sessão está a ser realizada, de construção recentíssima, não primou pela construção privilegiando a acessibilidade e mobilidade apesar da existência do elevador mas que como todos sabem em caso de incêndio o elevador não pode ser usado.

O Partido Socialista sente-se extremamente sensibilizado com esta proposta do PSD mas acha muito importante a monitorização desta actividade e daí a proposta de acrescentar a adenda.

Ao que parece a Moção não irá ser aprovada porque o que incomoda a CDU, mesmo que seja a favor do cidadão, não passa. Não passa o provedor como não passará outras reclamações do cidadão com deficiência que se faça representar aqui, porque se não passa o provedor não passa mais nada e não há que ter dúvidas. Era um factor de incómodo para a CDU que desnudava de uma forma sistemática e consequente a falta de planeamento em acessibilidade e em mobilidade que este concelho tem. Tudo o que aqui foi construído recentemente não contempla de uma forma sólida, coerente e consistente um plano de acessibilidade e mobilidade e que tenha que contemplar as situações de emergência.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, diz que apesar de não concordar percebe perfeitamente a posição da bancada da CDU porque é uma decisão coerente com os princípios que defende sobre estas matérias.

Aproveita para apelar aos Srs. Presidentes de Juntas presentes que dessem exemplos e demonstrassem o trabalho feito nas situações que referem, como o exemplo dado pelo Dr. Valentim Pinto acerca da existência da Comissão Social da Freguesia de Quinta do Anjo. Gostaria pois de ser esclarecido acerca do trabalho desta Comissão Social no âmbito do que está descrito na Moção.

Desafia também a bancada da CDU para, quando fizer intervenções, dar exemplos daquilo que conhece ao nível da sua intervenção política em relação a casos práticos existentes no concelho de modo a que a Assembleia Municipal fique bem esclarecida.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, respondendo ao Sr. Carlos Guinote diz que o centralismo democrático nem sempre funciona nem a unanimidade no PCP. Em sua opinião a Moção poderia ter sido mais bem elaborada e assim poder-se-ia perceber melhor o seu teor.

Relativamente à matéria em análise gostaria de dizer que para a bancada da CDU não está em causa ser contra ou a favor por via de quem é proponente. Teve oportunidade de dizer que há um conjunto de aspectos que fazem parte das preocupações quotidianas. No que diz respeito àquilo que se passa nas Comissões Sociais de Freguesia e no Conselho Local de Acção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Social, estando a ser elaborado por uma entidade externa o plano de desenvolvimento social do concelho que define as prioridades de intervenção. O que está em causa é se vale a pena criar uma figura e personalizar em alguém estas funções, que são desempenhadas no dia a dia pelos Presidentes das Juntas, esses sim são os verdadeiros provedores todos os dias. Por outro lado está-se a amesquinhar e a minimizar o papel dos Membros da Assembleia, por isso tem que se reconhecer que tem que se por em funcionamento as comissões especializadas. Deste modo propõe que as de preocupações que hoje estão a ser debatidas sejam objecto de análise numa reunião de comissão especializada e se procurem contributos junto dos responsáveis do executivo da Câmara Municipal. Deixa ainda um repto à Sra. Presidente da Câmara para que o Conselho Local de Mobilidade e Acessibilidade funcione com maior periodicidade porque há matérias muito importantes para o concelho para serem discutidas.

O que era importante era proporcionar a interacção e integração de um conjunto de órgãos que já existem, conhecendo o trabalho que é efectivamente feito e ver se as situações que estão por resolver passam pela figura de um provedor que mais não vai contribuir a não ser para fazer um diagnóstico só que diagnósticos e recomendações já há muitos. Tem é que se ver como é que se operacionaliza, que meios existem para operacionalizar, o que está a ser feito no momento e se há ou não plano de intervenção. Para além das respostas pontuais, e algumas têm que ser imediatas, para responder às solicitações dos cidadãos há questões de fundo que requerem tempo e planeamento.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, diz que a criação de um provedor do deficiente é basicamente a possibilidade de dar voz a pessoas com deficiência que teriam uma pessoa com competência especializada nesta matéria permanentemente, ou em *part-time*, com horário fixo de atendimento à sua disposição. Isto traduz e conduzirá a resultados bem diferentes das Comissões Locais de Mobilidade, que como o Sr. Dr. Álvaro Amaro reconheceu, não têm reunido e não substituí os planos de acção. Pelo contrário facilita a possibilidade dos portadores de deficiência contactarem quotidianamente e exporem os problemas práticos que vão vendo no concelho à figura do provedor dos deficientes.

Esta proposta praticamente não teria custos porque o provedor dos deficientes seria uma personalidade com competências específicas na matéria, democraticamente designada, e certamente que não precisaria de ter secretariado com funcionários contratados para esse efeito bastando o apoio de funcionários da autarquia.

Em relação à alusão feita pelo Sr. Dr. Álvaro Amaro sobre as competências dos Presidentes de Junta quer dizer-lhe que as competências são generalistas e não especialistas. Os Srs. Presidentes têm que confrontar-se com todos os problemas da proximidade e dar respostas a todas as questões colocadas pelos cidadãos. Por definição, em sua opinião, dificilmente os Presidentes de Junta podem ser especialistas e aqui para lidar com os problemas dos deficientes requer-se um especialista. Não se trata de uma duplicação, nem de capricho, mas sim algo que acrescenta valor ao município.

Para terminar gostaria de referir que concordam inteiramente com a proposta da bancada do Partido Socialista no sentido de o provedor dar contas do que fez e elaborar o relatório que apresentaria à Câmara Municipal pelo que a mesma fará parte integrante do documento. Gostaria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

por fim de apelar ao voto por parte da bancada da CDU, para viabilização da proposta, sob pena de estarem a gerar uma situação que é uma oportunidade perdida.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido reprovada por maioria com 15 votos contra da CDU, 8 votos a favor (4 do PS e 4 do PSD) e 1 abstenção do BE.

Sr. Dr. Luis Calha da CDU, apresenta cumprimentos a todos os presentes.

De imediato passa a apresentar uma Moção sobre Política de Educação que ficará apensa à presente acta.

Sr. Presidente da Mesa, coloca à votação a admissão da Moção tendo sido admitida por unanimidade com 24 votos a favor (15 CDU, 4 PS, 4 PSD e 1 BE). De imediato pergunta quem quer intervir na discussão da Moção solicitando que as intervenções sejam o mais sucintas possíveis uma vez que já se ultrapassou em cerca de quarenta e cinco minutos o período de Antes da Ordem do Dia.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que a ordem do dia que está para ser discutida é extremamente importante e interessante e é a causa desta sessão. Concerteza que todas as intervenções já havidas também são muito importantes porque este é o fórum político do concelho. Tem sido recorrentemente apresentado, apesar de nunca ter havido consenso e de nunca ter havido conferência de líderes, que à semelhança de outras Assembleias Municipais quando os trabalhos se prolongassem e houvesse prejuízo manifesto da Ordem do Dia continuassem no dia seguinte. De qualquer maneira há que haver respeito pelos trabalhos que temos pela frente e esse respeito não se pode compadecer com análises apressadas de documentos que necessitam de um grande rigor. Deste modo propõe que, caso haja consenso, se continue a reunião no dia seguinte.

Sr. Presidente da Mesa, diz que é recorrente a situação que está hoje a acontecer porque a culpa é de todos os presentes que não conseguem ser sucintos e mais objectivos e que gostam de se ouvir. De imediato dá início à discussão da Moção.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, diz que pessoalmente tenta ser o mais rápido possível e vai tentar sê-lo nesta intervenção. Em sua opinião esta Moção não tem discussão porque é óbvio que o partido que subscreve a Moção está em desacordo com todas as políticas do Governo a nível da educação.

O Partido Socialista, ao contrário, pode não estar de acordo com tudo mas não há espaço para discussão.

O PCP está em desacordo porque uma das razões invocadas, que até podia ter alguma razoabilidade, parece que é a aplicação apressada destes diplomas. Não analisam os diplomas e não dizem o que está mal porque estão em desacordo com tudo, a educação está toda mal porque é capitalista, fascista, etc.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

No final do texto é dito: "... exigir ao Governo que promova a defesa da escola pública...". No entender do PCP este Governo é incompetente e está ao serviço do grande capital e do grande poder económico pelo que esta Moção é uma hipocrisia que não tem interesse nenhum. Vai ser votada, a CDU vai ganhar a votação mas nada se resolve porque as leis passam e os senhores são contra. É claro que o Governo defende a escola pública que entende e não a escola pública que o PCP entende.

Há um conjunto de pontos em que podia haver convergência, espírito de discussão e de democracia e em que se poderiam tirar elações que, em conjunto, podiam ter algum valor para o sistema educativo no nosso concelho. Pergunta porque não tratar em situações separadas o problema dos pavilhões desportivos, a falta de equipamentos nas bibliotecas e os meios adequados nos refeitórios. Se calhar aí teriam coisas para dizer em conjunto e até poderiam haver pontos de convergência porque são coisas locais, do concelho, da nossa terra e não seria difícil, em sua opinião, verificar o que o Governo tinha pensado se estava mal ou não e até poderia haver algum entendimento. Como as coisas estão é inatendível porque a CDU acha que tem uma posição correcta do seu ponto de vista mas o PS tem outra completamente diferente. Quando o PCP um dia governar o país, e tiver maioria absoluta, não ouvirá certamente nada do que os outros dizem porque terá um modelo próprio e terá que defendê-lo para ver se ele resolve os problemas.

Pelo que foi dito a votação da presente Moção não poderá ter outro sentido de voto da bancada do Partido Socialista que não seja o voto contra.

Sra. Dra. Celeste Oliveira do PSD, relativamente ao texto da Moção, página dois, solicita um esclarecimento em relação ao primeiro ponto porque não consegue perceber a que se referem quando falam de recursos humanos.

Refere que concordam com alguns pontos, mas em relação ao penúltimo ponto diz que todos sabem que a actual gestão escolar – Conselhos Executivos – é eleita, aparentemente são muito democratas mas muita vezes é o poder informal que manda no poder eleito e por isso não discordam totalmente com a vinda de um Director até porque não será uma gestão unipessoal mas, de acordo com o que diz a legislação, será coadjuvado por dois ou três adjuntos e será eleito por um conselho de escola e não será propriamente imposto por ninguém. Em princípio tudo funcionará nos mesmos moldes em que está a funcionar actualmente.

Sr. José Manuel Silvério do PS, diz que em relação às questões relacionadas com a educação não está nada vocacionado para alinhar em chicanas políticas. A educação é um sector muito importante e com a chicana política só se está a contribuir para o desmantelamento do ensino público em favor do ensino privado.

Em relação ao sistema de avaliação é dito na Moção que os professores são contra. De tudo o que foi dito até hoje nunca se ouviu dizer que os professores eram contra o sistema de avaliação, são é contra a forma do sistema ser aplicado já este ano. Os professores não podem ser uma excepção em Portugal por não serem avaliados. Este é o primeiro equívoco desta Moção mas há outros.

Quanto à passagem das competências para as autarquias, quer dizer que no plano do ensino básico até ao nono ano as autarquias já têm um papel fundamental mesmo nas escolas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

2º. e 3º. Ciclos. No nosso concelho há que reconhecer que a autarquia tem feito um bom trabalho no aspecto de dar apoio às escolas. Lembra que, no que respeita à escola de Poceirão, quer a Câmara Municipal quer a Junta de Freguesia de Poceirão sempre que é pedido alguma coisa têm contribuído. O que acontece é uma questão de fundo, é que o PCP só está habituado a exigir e percebe que quantas mais competências lhes passarem para as mãos menos vão vivendo do descontentamento porque não sabem gerir os poucos recursos existentes. Por isso fazem este folclore todo, mas gostaria de dizer que para lá dos Pirinéus toda a gente tem a educação a ser gerida pelas autarquias e em Portugal também há-de acontecer a mesma coisa.

Em relação ao refeitório da escola de Poceirão gostaria de dizer que não existe escola no concelho que tenha um refeitório como aquela escola tem porque é do melhor que pode haver permitindo o fornecimento de mil refeições. O único problema que existia, mas que já está ultrapassado, é que não tinha palamento em inox mas sim em plástico.

No que respeita ao pavilhão do Poceirão acha de uma hipocrisia tremenda ser referido nesta Moção. Esteve numa reunião com o anterior Governo, na altura em que a directora regional era a Dra. Isabel Carneiro, em que também esteve presente a Dra. Helena Isabel em representação da Câmara Municipal e onde procurou saber se a Câmara alguma vez falou no pavilhão tendo-lhe sido dito que não. No dia dezassete de Dezembro esteve no Ministério tendo também solicitado a mesma informação e obtido resposta negativa. Foi assinado um protocolo com o Ministério e não viu a Sra. Presidente exigir o pavilhão quando o devia ter exigido.

Em relação a outras situações relacionadas com a escola e o seu funcionamento tem alguma dificuldade em colocar as questões, porque em tempos a Sra. Presidente da Câmara numa sessão desta Assembleia disse: “...o Sr. José Manuel Silvério podia levar os burros que quisesse para o Terreiro do Paço que não conseguia a escola se não fossem os dados da Câmara...”. Refere ainda a sua participação num *blog* citando algumas afirmações de David Justino, que também participava no *blog*, depois de ter deixado o cargo. Termina dizendo que a Câmara andava a trair a população com este ministro e que futuramente a história há-de ser feita.

Sr. Dr. Luis Calha da CDU, respondendo à questão colocada pela Dra. Celeste Oliveira diz que a referência é feita em relação ao pessoal não docente. Sabe-se que a carência de recursos humanos deste nível nas escolas do concelho é uma realidade e tem vindo a provocar um conjunto de constrangimentos que urge acautelar.

Refere que há dias na Assembleia da República o seu camarada deputado António Filipe dizia que um dos problemas da educação em Portugal é que este Governo do Partido Socialista se recusa a aprender. De facto esta é uma verdade incontornável. Perante tantos sinais de revolta, de indignação, de descontentamento, este Governo continua a recusar-se a admitir que a sua política educativa bateu no fundo e que toda a gente a contesta desde os pais, aos professores, aos alunos, aos trabalhadores não docentes e até às autarquias. Também aqui os Srs. Membros da bancada do PS se recusam a aprender e arranjar outros argumentos que não esse que continuam a apregoar do PCP querer deixar tudo na mesma e estar contra tudo. Sobre esta questão gostaria de dizer que a verdade não é essa porque o PCP apresentou recentemente na Assembleia da República um conjunto de projectos-lei que passa a enumerar. Em relação ao estatuto da carreira docente, tão contestado pelos professores, apresentaram setenta propostas de alteração e nenhuma delas foi considerada. Relativamente ao estatuto do aluno apresentaram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

vinte propostas de alteração para melhoria do diploma e nenhuma delas foi viabilizada pelo Partido Socialista. Questiona se tudo isto não é ter ideias e propostas a bancada do PS falou verdade quando se referiu ao facto do PCP estar contra tudo e querer deixar tudo na mesma.

Em resumo o que o PCP quer não é deixar tudo na mesma mas que sejam tomadas as melhores opções e que sejam escolhidas as melhores políticas no sentido da defesa e melhoria do ensino público, com vista a assegurar um futuro melhor para o país e para os jovens, que pelos vistos não é o que o Partido Socialista quer.

O PCP não pretende que este fosse o período mais negro da história recente do país no domínio da educação como se tem vindo a verificar. Também não queriam que o Governo do Partido Socialista encerrasse mais de duas mil e setecentas escolas, que deve ser a sua maior bandeira em relação à política de educação.

O Sr. Membro José Manuel Silvério dizia que os professores são a favor do sistema de avaliação, quer-lhe dizer que os professores entendem, e o PCP concorda, que a avaliação dos professores deve servir para corrigir debilidades e insuficiências, para conhecer as falhas e para agir e corrigir essas falhas e insuficiências. Lamentavelmente não é isso que o Governo do Partido Socialista quer mas sim limitar a progressão na carreira e acima de tudo, a nível do estatuto da carreira docente, fazer uma divisão entre professores de primeira e segunda e essa é que é a verdade clara e objectiva sobre as suas intenções. Em relação ao estatuto da carreira docente o governo cria uma autêntica perversão, ou seja impõe uma prova de admissão à carreira de professor que coloca em causa o ensino nas universidades.

Em relação à transferência de competências para os municípios dizem de uma forma muito clara que não se está perante um processo de transferência de competências mas sim de descentralização de competências, ou melhor um processo de descentralização de encargos e satisfações que por insuficiência de investimentos se foram avolumando. Neste campo vai referir-se ao parque escolar do 2º. e 3º. Ciclo onde existe um conjunto de interrogações que podem ser suscitadas e que os preocupam. Gostariam de saber se irão ser feitas melhorias no parque escolar antes de serem transferidos para as autarquias, se os equipamentos irão ser qualificados e se irão ser construídos os pavilhões desportivos. São estas as questões que gostariam de ver respondidas.

Para terminar gostaria de dizer que um estudo recente concluiu que Portugal precisaria de sessenta anos para alcançar a escolaridade média da União Europeia em 2005. Por este caminho e se as políticas de direita do Partido Socialista continuarem, que pessoalmente não acredita, certamente seriam precisos muitos mais anos.

Sr. António José Santos do PS, diz que não ouviu a última intervenção na totalidade mas gostaria de fazer um pequeno comentário.

O Sr. Membro Luís Calha esqueceu-se de um pormenor: é que a política de educação que tem sido feita, não agora mas em todos os outros anos, era coordenada pela Frenprof e ela estava como estava. O PCP generaliza toda essa análise mas há um pormenor que ainda não percebeu, porque é que se debruçam só sobre o 2º. e 3º. Ciclo quando a educação tem outros ciclos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, quando é dito que só o PCP está contra o conjunto de alterações na lei de bases do sistema educativo gostaria de lembrar que a manifestação dos cem mil professores não eram seguramente cem mil membros do Partido Comunista. Gostaria muito que o fossem mas não eram seguramente todos membros do partido e eles estiveram lá, homens e mulheres que concerteza votaram no Partido Socialista e no Partido Social Democrata, livremente na manifestação expondo a sua discordância com essas políticas.

Gostaria ainda de relembrar que a lei de bases do sistema educativo começou com Marçalo Grilo e com David Justino. Foi o Presidente da República Jorge Sampaio, em 2004, que vetou uma tentativa de alteração da lei do sistema educativo que agora o Partido Socialista, substituindo-se e muito bem à direita, está a repegar. É o Partido Socialista que está a fazer agora o que os dois ministros não conseguiram, porque o Presidente da República entendeu vetar politicamente por ter entendido que a alteração violava princípios elementares e que era contraditória com princípios constitucionais. Fica o relembrar de pequenas questões para perceberem a completa contradição do indefensável do que ainda hoje procuram defender.

Relativamente à questão da descentralização ou delegação de competências há uma diferença fundamental. Descentralizar implica permitir opções de natureza política organizativa e o que se está a fazer é uma visão meramente instrumental das autarquias um pouco à semelhança do que o Governo faz com as freguesias quando lhes dá a possibilidade de poder receber declarações electrónicas do IRS, fazer o registo e controle dos desempregados. Estas tarefas não são delegação de competências mas sim incumbir tarefas/extensões do poder central e é isso o que estão a querer fazer, a outra escala, com as Câmaras mas é o mesmo princípio que está em causa.

Tudo isto implica um aumento exponencial do quadro de pessoal com os auxiliares e assistentes de acção educativa, com o aumento das despesas correntes, a não ser que haja alguma alteração do Pocal que permita uma outra classificação, ficando as autarquias quase no limite legalmente consignado no Pocal.

Há uma contradição enormíssima porque qualquer organização sabe que deve fazer uma gestão integrada dos recursos humanos e o que está proposto é que funcionalmente os trabalhadores ficam nas escolas e hierarquicamente dependam das Câmaras. Isto é uma aberração do ponto de vista organizacional em qualquer organização e sociedade. Do ponto de vista funcional eles estão nas escolas e respondem perante as tarefas e funções que têm e do ponto de vista hierárquico reportam-se às Câmaras gerando dificuldades de funcionamento numa questão tão simples como a prestação de trabalho extraordinário que tem que ser reportado à Câmara que é a entidade patronal porque pertencem ao seu quadro. Quer do ponto de vista disciplinar quer do ponto de vista do funcionamento são uma contradição e aberração absolutas. A gestão de pessoal não é feita pelas autarquias nem em Espanha, nem em França, nem na Alemanha sendo feita na Áustria e Itália por regiões. Com excepção dos países nórdicos não há mais nenhum país que vá ter este modelo de gestão.

Quanto à gestão unipessoal dos directores executivos é óbvio que isto é a descaracterização de um princípio colegial e de participação que existe na escola democrática de hoje. Os coordenadores referidos pela Dra. Celeste Oliveira são nomeados pelo Director que tem um procedimento concursal, mas é ele que os nomeia. O que se criou aqui foi uma cadeia hierárquica que descaracteriza completamente os órgãos colegiais que hoje existem nas escolas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Acresce ainda que esta lei impõe um limite máximo de quarenta por cento de professores nos conselhos gerais. Com o argumento das lideranças fortes pretendem uma visão administrativa em detrimento de uma visão pedagógica e de um projecto pedagógico autónomo que são os professores, melhor que ninguém, que tem competências para os desenvolver. Para além do argumento das lideranças fortes conhece o argumento das democracias musculadas. As lideranças fortes não se fazem por ser unipessoais, fazem-se por uma equipa e pelo reconhecimento que uma organização tem nesse colectivo. O que estão a tentar fazer mesmo a nível das Câmaras com a personalização é criarem cada vez menos a participação dos cidadãos. A unipessoalização nestes órgãos é um princípio de descaracterização também nas escolas.

Termina dizendo que a escola não é apenas um local de saberes é também uma escola de cidadania, uma fonte de aprendizagem da vivência democrática, uma fonte de redução das desigualdades sociais que supostamente deveria ser e não é. Não se estão a falar de alterações meramente tecnocráticas, são questões políticas e ideológicas pelo que aconselha a leitura da obra de Maria Filomena Mónica porque é a reprodução antropológica das classes sociais nas escolas.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que o Sr. Membro Carlos Martins “atirou-se” à bancada do PCP, o que já é um hábito, para dizer que a malandrice estava ali. Não vale a pena meter a cabeça na areia porque dos cem mil professores que estavam na rua uma grande parte seriam concertiza maioria absoluta PS/PSD, não eram nem PC’s nem bloquistas. Os sindicatos não controlaram aquele movimento, trabalharam para ele mas muita daquela gente foi aliciada a ir à manifestação por telemóvel. Questiona se o número de professores que estiveram na rua não terá sido significativo.

Faz referência a uma outra intervenção da bancada do PS em que foi dito que os professores concordavam com a avaliação mas que não seria a altura própria. Sobre este assunto quer dizer que há professores que não estão de acordo com a altura em que começa a avaliação mas a maioria está contra a avaliação.

O que está em causa é a não promoção dos professores, é poupar economicamente no ensino e isso não é de maneira nenhuma desejável nem é democrático.

Para terminar diz que, de qualquer modo, há muitas direcções de escola que rejeitam fazer a avaliação e a Sra. Ministra, muito importante, diz que não recua mas não faz mais do que isso.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, apenas vai dizer uma frase dum poeta: “ ... a razão mesmo vencida não deixa de ser razão ...” ao contrário a falta de razão com cem mil na rua não passa a ser razão.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, diz que antes de mais gostaria de deixar uma nota porque começa a ficar cansado de algumas aleivosias que são ditas sobre a avaliação dos professores. Quer esclarecer que os professores sempre foram avaliados, podem não estar de acordo com o modelo de avaliação que tinham mas sempre foram avaliados.

Dá como exemplo o seu caso pessoal dizendo que para passar de escalão para além de ter que frequentar acções de formação, onde fez trabalhos práticos que também tiveram nota, fez mestrado em ciências da educação para poder pontuar mais e fez um relatório crítico que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

avaliado por um conselho de avaliação criado pelo conselho pedagógico. A avaliação existe e quem não estivesse satisfeito com a avaliação podia solicitar uma avaliação suplementar que daria outra velocidade de progressão na carreira.

Pode-se perguntar se seria esta a avaliação que os professores queriam, em sua opinião também não era esta mas garante que este modelo de avaliação é um modelo que vai provar enormes injustiças, que vai ser manipulado porque é fácil manipular. Não percebe porque é que nos Açores utilizam umas grelhas e aqui utilizam outras.

Sobre esta questão, que não é o cerne da Moção, gostaria de dizer que muito se tem dito, toda a gente é especialista na matéria, mas não tratem os professores como uma classe de privilegiados que não tinham avaliação nem hierarquia porque isso não corresponde à realidade. Os professores são talvez das classes que estão sujeitas a mudanças mais sistemáticas, de actualização contínua, permanente e estão na área onde mais experiências têm sido feitas. As escolas têm sido autênticos laboratórios e os sucessivos Governos não têm deixado estabilizar o trabalho que é feito no ensino em Portugal e que é reconhecido na União Europeia. Os professores portugueses participam em projectos com professores doutros países que reconhecem o trabalho pedagógico que é feito e até acham que são demasiado exigentes com os alunos. Mas não são os professores que definem os programas e as competências que querem que tenham no final de ciclo. Se fossem mais professores a pensar na matéria e menos “burrocratas” a educação já teria dado outros saltos.

Por outro lado o futuro da educação não passa pela manipulação das estatísticas, não passa pelo facilitismo que é isso que vai destruir a escola pública. Se querem resultados de qualquer maneira, com pressão sobre professores e indexados à avaliação dos professores muitos vão ceder e se calhar vão ter esses resultados. Essa factura vai ser paga pelos vossos filhos, nossos filhos e nossos netos e não é isso que quer para a educação, mas sim rigor e um trabalho feito com dignidade. Este modelo de avaliação está a envenenar as escolas e está a por em causa o trabalho sério que é feito há muitos anos em Portugal e que começou a ganhar algum fôlego na altura da reforma de Roberto Carneiro. Sem a subscrever por inteiro os professores percebiam o que se estava a fazer.

Em relação à Moção o que está em causa é a descentralização das competências. Quer a CDU quer as autarquias do resto do país não têm medo de competências descentralizadas, uma vez que desde 1987 para cá herdaram um parque escolar completamente obsoleto e revolucionaram os equipamentos educativos em Portugal. Farão o favor de reconhecer que muitas escolas modelo, que muitos equipamentos modelo, que muitos projectos-piloto e projectos modelo começaram em Câmaras da CDU. Hoje, felizmente, há muitos outros municípios que reconheceram a validade de algumas propostas e há que tirar o chapéu a excelentes experiências em todas as áreas políticas. Mas esse pioneirismo reconhecido por muita gente começou nas autarquias da CDU. Gostaria que lhe explicassem porque é que outros autarcas do Partido Socialista, e em particular aqueles que estão à mesma escala que os do concelho, acham que podem gerir professores. Provavelmente imbuídos do espírito de algumas políticas do Partido Socialista querem precarizar as relações laborais e pagar a seis ou sete euros à hora. Tem a convicção que essa qualidade não vai ser atingida por essa via uma vez que a situação é muito complexa. O que se pretende, a haver descentralização de competências, é que seja feito um trabalho sério a nível do país que começaria por consolidar o pré-escolar e o 1º. Ciclo porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ainda há questões que não estão totalmente nas mãos das autarquias. As autarquias já deram provas que trabalharam bem no 1º. Ciclo e ainda há trabalho a fazer no pré-escolar mas também existe sobreposição de competências em relação ao pessoal.

Em relação à gestão das escolas que é feita pela Europa gostaria de dizer que as autarquias estão na gestão com autonomia e não como se pretende fazer no nosso país. Nestes países existem regiões que por sua vez definem objectivos e políticas educativas diferentes mas emanadas de currículos nacionais. Não se pode tentar fazer alguma demagogia com este assunto porque todos querem o mesmo, só que há caminhos que vão levar à destruição da escola pública e neste momento estão a ser trilhados pelo Partido Socialista.

Relativamente à questão dos directores e de lideranças fortes já muito foi dito e não vai repisar o assunto, só quer deixar claro que prefere ser coordenador eleito do que coordenador nomeado. Se for eleito é porque os docentes reconhecem que os representa quer como bom profissional, quer da didáctica específica do trabalho que faz, quer como quer interveniente activo do trabalho que é feito na escola, na comunidade escolar e na comunidade educativa. Ao contrário vai-se começar a privilegiar o carreirismo, o sim senhor e os amigos do partido, e é isso que não querem nas escolas.

Em relação à questão dos pavilhões, e respondendo ao Sr. José Manuel Silvério, gostaria de lhe fazer um desafio. O Sr. José Manuel Silvério falou em traição, pessoalmente não tem ouvido falar dos problemas da escola do Poceirão mas pode dizer que lhe chegam muitos problemas desta escola. Fica preocupado que hajam pais e alunos que estejam a pensar voltar à Escola Secundária de Pinhal Novo. Não o preocupa na qualidade de professor desta escola, mas sim porque é adepto de um desenvolvimento local integrado e acha que as pessoas devem ter auto estima pela escola do seu lugar. O Sr. José Manuel Silvério tem andado muito calado em relação aos problemas desta escola e o desafio que lhe quer deixar é que, em vez de um burro, leve uma mula para exigir que seja feito o que falta na Escola Básica 2/3 de Poceirão, nomeadamente o pavilhão desportivo.

Para terminar gostaria de dizer que neste concelho, a nível do 1º. Ciclo, os equipamentos educativos são construídos de forma a terem resposta para todas as valências. São feitos à medida do orçamento, muitas vezes com dois ou três anos de atraso mas são feitos e a Câmara Municipal tem dado o exemplo que a educação continua a ser uma prioridade que está bem patente no relatório da actividade municipal.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada por maioria com 16 votos a favor (15 da CDU e 1 do BE), 4 votos contra do PS e 4 abstenções do PSD.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, propõe que, dado o adiantado da hora e a extensa e importante ordem de trabalhos a discutir, se terminasse a reunião após a apresentação do ponto nº. 1, pela Sra. Presidente da Câmara e se marcasse uma data para continuação da sessão.

Sr. Presidente da Mesa, diz que admite que os *timings* para aprovação das propostas levem a que a sessão tenha que ser terminada hoje.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Gostaria, no entanto, de dizer que o Presidente da Assembleia quando convoca uma sessão as propostas que tem em mão são as constantes na Ordem do Dia não sabendo o que vai acontecer no período de Antes da Ordem do Dia. É uma situação imprevisível e o marcar-se uma data hoje para continuar a sessão amanhã é completamente absurdo porque não daria para conciliar com os afazeres individuais de todos os presentes.

Só poderia acolher a sugestão do Sr. Dr. Bracinha Vieira se a Sra. Presidente da Câmara lhe dissesse que poderia aguardar mais alguns dias mas teriam que se sujeitar às agendas de cada um.

De imediato pergunta à Sra. Presidente da Câmara se existem condições para poder continuar esta sessão noutra data.

Sra. Presidente da Câmara apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que, apesar de se sentir em péssimas condições físicas o que é perceptível a todos os presentes, tem um assunto incontornável que é ter que adiar uma proposta de revisão orçamental se a proposta de empréstimo não for aprovada. Deste modo, e pela sua parte, está disposta a continuar.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que já se percebeu que existem constrangimentos graves no funcionamento da Câmara e, concerteza, que a Assembleia Municipal tem que estar à altura para solucionar a questão pelo que se poderia ver a possibilidade de continuar a sessão no dia seguinte.

Sr. Presidente da Mesa, diz que com muita pena sua não há outra hipótese que não seja continuar a sessão.

Todos os presentes terão, no futuro, que entender que em sessões com ordens de trabalhos desta natureza deverão procurar não enfatizar durante o período de Antes da Ordem do Dia.

Dado o adiantado da hora e dada a importância dos assuntos a discutir sugere à Sra. Presidente que, caso esteja de acordo, as respostas às questões colocadas directamente à Câmara seriam respondidas noutra oportunidade passando-se de imediato ao período da Ordem do Dia.

Sra. Presidente da Câmara, diz que a Assembleia tem um papel determinante para o funcionamento da Câmara e não vieram com a expectativa de não serem discutidas as matérias da Ordem de Trabalhos. Existe um conjunto de procedimentos orientados em função das decisões que irão ser tomadas.

Está à disposição dos Srs. Membros da Assembleia em relação a eventuais questões que entendam colocar sobre a prestação da Câmara. Registou as questões colocadas e com a autorização do Sr. Presidente da Mesa responderá às mesmas numa próxima sessão.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa**, dá por terminado este período passando de imediato ao período da Ordem do Dia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sra. Presidente da Câmara, informa que uma vez que o relatório da actividade municipal, e respectiva introdução, foram previamente distribuídas não vai fazer intervenção aguardando que lhe sejam colocadas questões.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar. Não havendo intervenções passa de imediato ao ponto seguinte.

2 – Prestação de Contas 2007

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende aduzir alguns esclarecimentos à proposta em discussão.

Sra. Presidente da Câmara, gostaria de destacar o documento introdutório à Prestação de Contas que dá conta daquilo que foi a principal actividade desenvolvida pela Câmara ao longo do ano 2007. Tratou-se de um ano fortemente influenciado pelo facto de ter entrado em vigor uma nova Lei das Finanças Locais que teve consequências no funcionamento das Câmaras Municipais principalmente na área financeira.

No que respeita à actividade diz que a educação continua a ser uma das principais áreas de investimento do município pelo que gostaria de registar as intervenções efectuadas em algumas escolas que foram muito importantes. Ainda no domínio da educação gostaria de referir o facto da Câmara Municipal ter aderido a um projecto de cooperação com a DREL e Centro Regional de Segurança Social que consistia na aposta de expansão e desenvolvimento da rede na componente educativa e de apoio à família. Como resultado entraram em funcionamento vinte e uma salas de pré-escolar e quatro pólos itinerantes que se destinam a prestar serviço a uma comunidade de cerca de meio milhar de crianças. Teve lugar a abertura da Escola 2/3 Poceirão/Marateca tendo sido um momento muito importante para estas freguesias mas também para o concelho. No âmbito da Protecção Civil foram concluídos vinte e sete planos de emergência destinados a vinte e sete escolas do 1º. Ciclo.

No plano da intervenção social foram mantidos trabalhos muito importantes a nível das parcerias e apoios a grupos sociais mais desfavorecidos ou com mais debilidades de modo a minimizar carências e a facilitar a sua integração na comunidade. A este propósito gostaria de referir que deve merecer uma reflexão, de todos, o facto de se ter registado um acréscimo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

significativo de afluência aos serviços sociais o que denota uma consequência do agravamento da situação económica, social e de desemprego.

Em relação à saúde é de sublinhar o trabalho de parceria feito com o centro de saúde de Palmela e com as associações de bombeiros do concelho que envolveu mais de mil e setecentos munícipes em doze aglomerados habitacionais nas zonas rurais mais distantes e com mais dificuldade de acessibilidade aos centros de saúde.

No campo das infra-estruturas continuaram o investimento na ampliação dos sistemas de reforço de abastecimento de água nas zonas mais rurais.

Na rede viária continuaram o investimento na pavimentação e repavimentação de vias, bem como na qualificação do espaço público com intervenções em Pinhal Novo e Palmela.

Continuou-se a ter um papel importante na dinamização e promoção de actividades culturais diversificadas em domínios como a música, o teatro e a dança incentivando a criação artística bem como a interacção entre diferentes formas de expressão que são uma forma de desenvolvimento das capacidades pessoais e artísticas das pessoas em geral.

Do ponto de vista do desenvolvimento económico foram mantidas as iniciativas centrais de promoção dos produtos locais e foi editado o primeiro “Guia do Comércio Local” por altura do Natal como forma de apoio ao comércio local.

Paralelamente outro aspecto que merece particular destaque, e deve ser sublinhado no trabalho do ano 2007, que é o facto de terem dedicado um grande espaço e tempo de intervenção às questões relacionadas com a melhoria do desempenho da organização. Nesse sentido tiveram um amplo debate em torno do projecto de construção da nova estrutura orgânica bem como na implementação do projecto de qualidade. Foi um projecto sobre o qual vale a pena reflectir e que não desistem de dar conta, e fazer o registo, da experiência que constituiu para a autarquia no seu todo.

Neste período foram ainda confrontados com outras questões relacionadas com o funcionamento interno da autarquia e que aconteceram por via da aplicação do SIADAP às autarquias locais. É evidente que este foi um factor de alguma perturbação ao normal funcionamento da autarquia tendo em conta a complexidade de todo o sistema de avaliação. O essencial foi, e é, que sendo muito importante a definição e aplicação do sistema ao conjunto da organização e sendo muito importante a sua implementação continua a ser determinante que todo o sistema permita e contribua sobretudo para criar condições ao melhor exercício do serviço público e à satisfação dos compromissos assumidos com os munícipes. Os trabalhadores da Câmara tiveram ao longo de todo o exercício de 2007 um papel extraordinariamente importante porque não só procuraram cumprir com os compromissos que o executivo celebrou com os cidadãos, através do Plano de Actividades que tinha sido aprovado para o ano, como se dedicaram a tarefas completamente novas e exigentes que qualificarão a autarquia muito mais para o futuro. Este trabalho, com todas as suas dificuldades, só foi possível tendo em conta a grande dedicação e esforço do conjunto dos trabalhadores da Câmara Municipal de Palmela e dos seus dirigentes em particular.

Em matéria de Orçamento gostaria de sublinhar o facto de se ter tido no ano de 2007 um conjunto de disponibilidades financeiras que totalizaram quarenta e um vírgula nove milhões de euros que representou um decréscimo relativamente ao ano anterior. Em relação ao Orçamento inicial foi previsto no seu total um valor de quarenta e dois vírgula oito milhões, dos quais foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

arrecadados quarenta vírgula sete milhões o que correspondeu a uma taxa de execução de noventa e cinco vírgula um por cento. Em relação ao previsto não se executaram dois vírgula um milhões de euros provenientes do empréstimo aprovado para financiamento. Do conjunto dos impostos que tiveram uma taxa de execução de oitenta e sete vírgula seis por cento, a Derrama foi o que teve a alteração mais significativa com um decréscimo relativamente às expectativas e representou sessenta e dois vírgula quatro por cento do estimado. Relativamente ao ano de 2006 estes impostos directos registaram uma quebra na Derrama de um vírgula sete milhões de euros, uma quebra nos impostos abolidos de quarenta e dois vírgula três por cento, em contrapartida um aumento de vinte vírgula nove por cento na cobrança do IMI e um aumento de dez por cento no IMT. Quer dizer que, havendo aumentos nuns impostos e diminuição noutros, apesar de tudo os aumentos registados não compensaram a quebra registada.

Em relação à receita diz que o peso dos impostos directos apresentou um ligeiro decréscimo em relação aos anos anteriores mas que pela primeira vez se situou abaixo dos cinquenta por cento. Os impostos indirectos representaram onze vírgula três por cento do total da receita, o valor transferido do Orçamento de Estado diminuiu passando a ser de dezanove vírgula nove por cento.

Do total da despesa efectuada quarenta e cinco vírgula nove por cento foi despesa imputada directamente às grandes opções do plano, quarenta e três vírgula seis por cento destinou-se ao pagamento de despesas de pessoal e dez por cento a despesas não imputadas directamente às grandes opções do plano.

Comparativamente ao ano de 2006 é de sublinhar que a despesa diminuiu em três vírgula nove por cento. As despesas correntes diminuíram dois vírgula quatro por cento num período em que a taxa de inflação tinha sido de dois e meio por cento o que denota uma racionalização e contenção neste tipo de despesas; as despesas de pessoal tiveram apenas um acréscimo de zero vírgula quatro por cento sendo inferior ao acréscimo da tabela salarial; a aquisição de bens e serviços diminuiu cinco vírgula oito por cento e a aquisição de bens de capital diminuiu seis vírgula três por cento.

No que respeita ao equilíbrio orçamental as despesas correntes foram totalmente financiadas com recurso a receitas correntes, gerando uma poupança de mais de cinco milhões de euros que permitiram a sua canalização para financiamento de despesas de capital. Globalmente falando, as despesas com pessoal foram significativamente inferiores aos limites estipulados pela lei pelo que a situação é confortável e controlada.

As Grandes Opções do Plano apresentavam um valor de dezanove milhões de euros com financiamento assegurado e dois vírgula cinco milhões de euros a aguardar financiamento. Após uma revisão orçamental o seu valor passou a ser de vinte e um vírgula seis milhões de euros. No final do ano o valor pago foi de dezoito vírgula quatro milhões de euros o que correspondeu a uma taxa de execução financeira de oitenta e quatro vírgula nove por cento. Do total dos recursos afectos às Grandes Opções do Plano cinquenta e oito por cento foram canalizados para as funções sociais, dezasseis vírgula seis por cento para as funções económicas e catorze vírgula oito por cento para as funções gerais. Em relação às funções sociais as áreas mais significativas, Educação, Saneamento e Cultura, receberam dois milhões de euros cada uma. Os Transportes e Comunicações foram a área com maior peso no conjunto da função económica e significaram dois milhões de euros no conjunto do orçamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Termina dizendo que acabou de apresentar o resultado da Prestação de Contas relativa ao ano de 2007 e encontra-se à disposição para eventuais questões que queiram colocar.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, diz que o documento em discussão está muito bem elaborado e muito bem apresentado.

A Prestação de Contas retrata a execução do orçamento pelo que reproduz os vícios de carácter político que o mesmo enferma. É evidente que as opções políticas do orçamento, com as quais não se identificam, se reflectem na crítica à conta de gestão do município.

Gostaria de salientar alguns aspectos que acha preocupantes. O primeiro tem a ver com o aumento percentual muito forte da despesa com pessoal. Trata-se dum problema complexo que não tem uma resposta fácil mas que atinge quarenta três vírgula seis por cento do total em confronto com apenas trinta e cinco vírgula sete por cento do total da despesa em 2005. Trata-se de um aumento percentual de oito por cento ao longo de dois anos.

Quanto à aquisição de bens de capital, que corresponde mais ou menos ao investimento municipal, constata-se que se reduziu de vinte e três vírgula dois por cento do total da despesa em 2005 para apenas treze vírgula um por cento em 2007, caindo cerca de dez por cento. Este dado é um verdadeiro aviso à navegação obrigando a repensar a estrutura das despesas correntes, a questão do pessoal de forma a libertar recursos camarários para o essencial das actividades municipais nomeadamente a construção de infra-estruturas, transportes, saneamento básico e a educação que tem sido uma prioridade a que faz justiça mas que não basta. Quer ainda referir que o rácio trabalhador/população lhe parece elevado. Leu no relatório da Conta que esse rácio seria actualmente de sessenta municípios para um trabalhador pelo que, como existem mil e nove trabalhadores, se depreende que a população do concelho ronde os sessenta mil habitantes solicitando que esses dados sejam confirmados.

Em consequência do atrás referido a taxa de execução é elevada em quase todas as rubricas menos na de aquisição de bens de capital, ou seja investimento, que é de apenas setenta e um vírgula três por cento o que parece indiciar nestas escolhas e opções políticas um certo descuro do investimento por parte do executivo. A contenção orçamental referida pela Sra. Presidente, e que existe, foi exclusivamente centrada no investimento.

Gostaria ainda de referir que os rácios entre as despesas com as Grandes Opções do Plano, que é a seiva da actividade municipal porque tem a ver com os cidadãos/municípios e o futuro do município, passou de cinquenta e quatro por cento para quarenta cinco vírgula nove por cento da despesa total e as despesas com pessoal praticamente igualam as despesas afectadas às Grandes Opções do Plano o que também é crítico. São evoluções que os preocupam porque estão a acelerar e há que reflectir profundamente sobre a questão até porque na sua decorrência, se se pensar em termos de produtividade e eficiência, existe um desempenho que tende a ser negativo o que merece uma nota negativa do PSD apesar dos esforços de organização a que têm assistido.

Por último, e noutra perspectiva, vendo a Câmara Municipal como uma organização económica o activo líquido do município cai dois vírgula sete por cento. Apesar de não afectar a notação do município para efeitos de concessão de crédito, continua a ser em sua opinião um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ranking elevado porque ainda é de cinco e quarenta e oito milhões de euros para um endividamento financeiro de quatro vírgula oito milhões de euros no fim de 2007 sem contar com as dívidas a fornecedores que são superiores a um milhão de euros.

Finalmente regista os resultados operacionais negativos em dois vírgula sete milhões de euros, embora o empobrecimento do município em 2007 tenha que ser lido e interpretado com alguma cautela. Na opinião do PSD mais do que o empobrecimento em termos económicos o município empobrece muito mais em termos de valor económico e social e em termos de futuro com uma ocupação do território menos boa e com ausência de estratégia. Vê com expectativa as jornadas de reflexão sobre o papel do concelho de Palmela, na península de Setúbal e na área metropolitana de Lisboa, que podem dar uma achega importante a uma definição estratégica mais clara.

Termina dizendo que o orçamento revela a falta de uma “pegada” ecológica forte, uma “pegada” digital forte pelo que, em sua opinião, não é muito relevante o concelho ter empobrecido em termos económicos sendo mais relevante o empobrecimento em termos de valor futuro se o território não for devidamente preservado, valorizado e ocupado.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que toda esta matéria já foi objecto de análise em reunião pública de Câmara e mereceu um debate exaustivo por parte dos Srs. Vereadores José Braz Pinto e José Carlos de Sousa.

Este assunto tem que ser visto com base em análise de números e de opções. Reiterando as palavras do Sr. Dr. Bracinha Vieira não tem dúvidas que se trata de um documento muito bem feito pelo que cumprimenta os técnicos que o elaboraram. Para além do tecnicismo não tem mais nada. Tem um fato cinzento que se vai puindo, sem corte desenhado ou seja um documento quase anódino em que não é plasmado um querer, um rasgar de coração, um abrir de peito. Não sente na gestão da CDU e no documento não encontra nada plasmado de emblemático, estruturante, colorido, que dê força e sentido e que os façam sentir bem. Para si é um exercício difícil perder-se em tantos números, mas teve que o fazer.

Refere um artigo que leu no Diário Económico intitulado “Odisseia no Alentejo” e em que se fala do “assobiador” que é o sobreiro mais antigo que existe em Marateca, com cerca de trezentos anos, e que dá cinco a dez vezes mais cortiça que os outros sobreiros. Isto é emblemático numa janela de oportunidades porque a cortiça neste momento está a ser vendida para agências espaciais norte americanas e europeias para revestimento dos *shuttles*. Outra janela de oportunidades é o prémio recebido pela Casa Ermelinda Freitas com o vinho Syrah, numa prova muito séria com cerca de trezentos vinhos concorrentes, que projecta internacionalmente o concelho. Estes dois factos descritos projectam Palmela para os jornais nacionais. Refere a plataforma logística e as grandes janelas de oportunidades que representa para o concelho de Palmela que não encontra referido no documento em discussão. Tudo aquilo que lhe chamou à atenção enquanto munícipe do concelho não tem a marca da CDU porque é inerente ao próprio concelho e às suas gentes. Sentiu a falta de rasgo e de cunho da CDU, e como munícipe não partilha este sentimento com alegria mas como uma obrigação perante a Sra. Presidente da Câmara. Como oposição têm que partilhar os anseios da população e têm que dar o melhor para que a gestão seja porventura melhor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

A introdução ao documento é paradigmática quanto ao seu conteúdo e ao lê-la ficou preocupado.

Verifica que a maior parte das obras previstas para o empréstimo, aprovado em reunião de Câmara de 04/02/2007, transitaram para o ano de 2008 como são o caso da Ampliação e Remodelação da EB1 de Pinhal Novo, das infra-estruturas da rua 5 de Outubro em Quinta do Anjo, do Mercado de Pinhal Novo. Esta última é paradigmática das obras da CDU tendo corrido mal desde o início e estando actualmente a ser demolido para dar lugar ao novo mercado. Pergunta se ainda valerá a pena investir num modelo tão ultrapassado de mercado. Pessoalmente gostaria de lá ir fazer as suas compras, mas tem dúvidas que o paradigma da vida moderna se compadeça com esse tipo de oferta e que o modelo já esteja ultrapassado. Diz ter medo de ter razão como tiveram há vinte anos atrás porque foi muito penalizador.

Prevía ainda este empréstimo os arranjos exteriores dos espaços da Quinta da Cerca e Largo de S. João em Palmela, a aquisição de terrenos no valor de duzentos e quarenta mil euros, que entretanto desaparece, e o reforço de abastecimento de água a Pinhal Novo. Transitou tudo para 2008 e não se diz claramente que se está a fazer obra mas sim que se vai fazer. Em relação ao empréstimo de oito milhões de euros o grosso das obras vai todo transitar para 2009. Também o preocupa o facto de não se ter utilizado a totalidade do empréstimo de seis milhões de euros que não se deve a mau planeamento. Não tem dúvidas que foi de facto bem planeado para juntar o pacote todo e investir em força em 2009 numa política claramente eleitoralista. Podem dizer que todos os partidos políticos fazem o mesmo mas não o fazem com esta densidade.

Há que ter respeito pelos munícipes do concelho e não se pode transitar tanta obra estruturante para 2009. Poderá haver uma ou outra emblemática que faça a diferença e que chame a atenção, mas obras por ausência e que penalizem os munícipes não é o timbre do Partido Socialista pelo que têm que chamar a atenção da Sra. Presidente da Câmara e dizer que não estão nada de acordo com a política que está a ser feita. É a política da CDU e o PS enquanto oposição assume o direito de criticar como à Sra. Presidente, enquanto eleita, assume o direito de a exercer.

Foi referido pela Sra. Presidente a questão das infra-estruturas mas não fala em obras estruturantes. No século vinte e um ainda continua a infra-estruturar e não se vêem obras emblemáticas.

Vem plasmado no documento que em resultado da nova estrutura orgânica a despesa média por funcionário/trabalhador municipal ronda os mil duzentos e trinta e seis euros.

No que respeita ao SIADAP verifica que o discurso da Sra. Presidente mudou o que muito lhe aprez. Inicialmente dizia tratar-se de um factor de preocupação e actualmente refere que o SIADAP é um factor que leva à formação, ao rigor do desempenho e à promoção dos trabalhadores com critérios de justiça e de equidade. Trata-se de um processo pesado que exige muito rigor, é difícil, mas depois de estar implementado é um instrumento fundamental para a qualidade, rigor e qualificação dos trabalhadores.

Tentando ser rápido, dado o adiantado da hora uma vez que um documento desta natureza exigia maior tempo de atenção, e na sequência da Moção da CDU tem a dizer, com muita preocupação, que foi o ano em que menos se investiu per capita por munícipe. De todo o desinvestimento que se viveu este ano no concelho a área mais penalizada foi a Educação cujas verbas rondaram quase menos um milhão de euros o que é muito preocupante. É preocupante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

porque a CDU também tem uma certa dose de hipocrisia porque só vê o argueiro no olho do vizinho do lado. Falam sempre muito na Educação mas esquecem que neste ano desinvestiram cerca de um milhão de euros.

Por tudo o que foi dito o Partido Socialista, mais uma vez, reitera a posição dos seus Vereadores e vai votar contra.

Sr. Presidente da Mesa, diz não ser seu hábito fazer nenhum comentário seja a que intervenção for. No entanto gostaria de deixar um pequeno apontamento para dizer ao Sr. Dr. Miranda Lemos que o mercado de Pinhal Novo foi na altura feito e projectado por um dos melhores gabinetes do país tendo-lhe sido atribuído um importante prémio de arquitectura enquanto elemento arquitectónico.

Sr. José Manuel Silvério do PS, diz que dado o adiantado da hora só quer fazer uma referência.

Na sessão da Assembleia Municipal de 19/12/2006 aquando da apresentação do orçamento para 2007, na ausência da Sra. Presidente, coube ao Sr. Vereador Adilo Costa responder às questões dos Membros da Assembleia sobre a matéria financeira, tendo afirmado que:

- *"... haverá em 2007 um vírgula seis por cento de redução na despesa com pessoal ..."* - não foi cumprido porque houve um acréscimo de zero vírgula quatro.
- *"... as horas extraordinárias vão diminuir pelo que irão passar de oitocentos mil euros para seiscentos mil euros.."* - não foi cumprido porque diminuiu muito menos.
- *"... não vai haver em 2007 mais pessoal na Câmara ..."* – não cumprido.
- *"... não vai haver em 2007 mais massa salarial ..."* – não cumprido.
- *"... vai haver também uma redução substancial de menos dezassete vírgula nove por cento em relação ao pessoal em regime de tarefa ou avença ..."* – não cumprido.

Posto isto e olhando para o relatório de contas chega-se à conclusão que a CDU também se engana. Sabem criticar os outros mas não acertam uma única previsão pelo que antes de falarem dos outros é melhor olharem para o executivo.

Sr. Presidente da Mesa, não havendo mais inscrições passa a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, diz que há questões que são importantes e pertinentes pelo que será importante serem discutidas.

Gostaria de começar por um esclarecimento acerca dum dado referido pelo Sr. Dr. Bracinha Vieira e que tem a ver com o aumento significativo das despesas com pessoal. A leitura que faz não é a mesma porque o aumento é essencialmente percentual e o peso maior que as despesas com pessoal têm no orçamento decorre do facto da receita ser menos e do orçamento ser menor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

As despesas com pessoal são despesas que não podem diminuir apesar de terem menos disponibilidades financeiras. Há custos fixos relacionados com pessoal que dificilmente podem ser invertidos a não ser que, de repente, a Câmara dispensasse pessoal pelo facto de ter um orçamento mais pequeno.

Em contrapartida, julga que vale a pena observar os esforços feitos num cenário e num contexto que é claramente desfavorável. As despesas com pessoal aumentaram zero vírgula quatro por cento, ou seja foram dezassete vírgula cinco milhões em 2007 e tinham sido dezassete vírgula quatro milhões em 2006. Em contrapartida as despesas com a segurança social aumentaram três vírgula sete por cento, sendo que na passagem de 2006 para 2007 a taxa de comparticipação para a segurança social passou de treze por cento para quinze por cento.

Sublinha que conseguir fazer crescer o pessoal apenas nos valores que são apresentados significou grande contenção e grande esforço de rigor numa área que é extremamente sensível e onde há poucas opções a fazer.

O controle pelo trabalho extraordinário é um exercício que continua a ser feito, mas é preciso dizer que existe trabalho extraordinário porque corresponde a uma necessidade efectiva dos munícipes. Não há trabalho extraordinário feito para permitir que os trabalhadores ganhem mais dinheiro porque isso não é possível e nem teria sentido do ponto de vista legal. O trabalho extraordinário é feito porque não existem condições para reforçar o quadro de pessoal em áreas em que até se justificaria. Neste caso haveria um aumento de encargos fixos com pessoal mas um menor gasto com trabalho extraordinário. De qualquer maneira importa sublinhar que o trabalho extraordinário foi significativamente inferior aos valores de anos anteriores. No ano de 2005 gastou-se cerca de um milhão de euros, em 2006 foi cerca de seiscentos e noventa e sete mil euros e em 2007 setecentos e vinte mil euros, pelo que se tratou de um acréscimo muito pouco significativo.

Gostaria ainda de referir que neste momento existe mais pessoal em regime de turnos o que significa estar-se a cumprir mais com as necessidades dos cidadãos que acontecem em horas diferenciadas do dia.

Com os recursos disponíveis a Câmara não poderia ter outras opções pelo que não é possível serem acusados de falta de rigor.

Apesar das competências das autarquias terem crescido, e continuarem a crescer, têm conseguido estabilizar o quadro de pessoal e sobretudo estabilizar o conjunto das despesas com pessoal.

Considera ainda insuficiente a dotação em algumas áreas que hoje já aqui foram referidas e das quais não vão poder fugir. Na área da Educação o quadro de pessoal é seguramente insuficiente e existe um grande problema a enfrentar. Em 2003 existiam mil trabalhadores e em 2007 são mil e nove. Isto é um esforço e uma grande preocupação em acudir rigorosamente aquilo que é absolutamente mais urgente. Foi necessário reforçar significativamente os trabalhadores ao serviço das escolas e conseguiram fazê-lo compensando com mais crescimento numas áreas e menos noutras, apesar de existir uma diferença de nove trabalhadores num intervalo de cinco anos. Este dado é revelador da política de gestão de pessoal e das preocupações quanto aos encargos globais da autarquia.

Ainda em relação à matéria de gestão de pessoal gostaria de dizer que tem muita pena que se veja os gastos com pessoal desta maneira e com esta óptica. De facto o trabalho que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

autarquia faz e que provavelmente se vê mais serão as obras com mais ou menos rasgo, mais ou menos emblemáticas, que dependem seguramente do gosto, das opções e até do tempo em que acontecem. Essas serão porventura as coisas mais significativas e mais visíveis, mas existe um trabalho que acontece todos os dias, que dificilmente se vê e que é um trabalho interno da organização, que é enterrado quando acontecem infra-estruturas e que obviamente significa e só pode ser feito assumindo encargos com pessoal. Só se deve ter medo dos encargos com pessoal quando eles atingem rácios que demonstram desequilíbrio. Pode ler-se na proposta que o limite legal das despesas com pessoal é setenta e cinco por cento do conjunto da receita e a Câmara Municipal tem globalmente um valor de cerca de quarenta e oito vírgula seis por cento. A situação seria preocupante se os gastos de pessoal se aproximassem do limite consagrado na lei, mas com a situação actual não há motivo para preocupação nessa área.

Houve receitas que decresceram significativamente, umas fruto da circunstância económica do país e outras decorrentes da Lei das Finanças Locais. O caso da Derrama é uma conjugação das duas realidades e vai acentuar-se no próximo ano por intervenção e aplicação total do princípio da nova Lei das Finanças Locais. Trata-se de uma realidade que se não se alterarem significativamente outras realidades no concelho e se não houver um aumento da receita provavelmente o problema manter-se-á.

Outra matéria que gostaria de falar, que acha importante ser feita uma reflexão, e que já foi objecto de discussão entre os eleitos em reunião de Câmara tem a ver com o célebre rácio de eficiência e de produtividade. De algumas intervenções dos Srs. Membros da Assembleia, pareceu-lhe deduzir uma leitura que é exactamente a leitura contrária que se pode fazer destes números. Estes números permitem fazer uma leitura positiva porque se tiveram uma diminuição da receita e um aumento do número de munícipes obviamente que o resultado por munícipe só pode ser um que é um valor monetário inferior por munícipe. Isso significa, e pode ser visto na página 258 do relatório, que os impostos directos por munícipe decresceram significativamente. Em 2005 tinham sido trezentos e sessenta e quatro euros/habitante e em 2007 foram trezentos e catorze euros/habitante. Não lhe parece que a simples leitura dos números permita concluir o rácio eficiência e produtividade se leia de forma negativa na Prestação de Contas. Uma leitura mais rigorosa, ou mais completa, da ideia de produtividade e eficiência não pode ser feita só por estes números, tem que ser feita com recurso à leitura de outros indicadores e de outro conhecimento da realidade da organização.

Uma das coisas que está a ser feita e que tem muito significado para a eficácia e eficiência da organização é o investimento feito em formação. Durante o ano de 2007 foram realizadas treze mil e duzentas horas de formação abrangendo centenas de trabalhadores em todos os grupos profissionais existentes na Câmara Municipal. Trata-se de um dado que poucas organizações se podem orgulhar.

O facto de se invocar o SIADAP como um instrumento de complexidade e de dificuldade para ser introduzido numa organização não é um argumento de retórica mas um argumento de peso. Gostaria de dar conta que, de acordo com a empresa que está a organizar o processo para aplicação do SIADAP na Câmara, a Câmara de Palmela é uma das câmaras mais avançadas em termos de implementação do processo procurando aplicá-lo ao conjunto dos trabalhadores da organização envolvendo-os naquilo que é absolutamente indispensável que são os processos de formação para que as pessoas percebam como é que se aplica e pratica a avaliação. Isso são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

actividades onde se investe dinheiro, onde se investe tempo e que obviamente significaram um ano profundamente dedicado à organização.

Em relação ao empréstimo quer informar que o mesmo não foi realizado com a intenção de o concentrar num pacote de obras que fosse mais visível num ano mais próximo do fim do mandato, como foi dito pelo Sr. Dr. Miranda Lemos, mas porque é inevitável que haja um tempo para preparar projectos, candidaturas e para ter obras na rua. Neste início de mandato, em que após se ter concluído um mandato com um nível de obras absolutamente incomparável, tinha que se terminar um ciclo e iniciar outro. O ciclo que se iniciou foi o de fazer novos projectos para novas obras. Durante o ano de 2008, com o conjunto de concursos que estão a decorrer, irão ver as obras para as quais estes empréstimos foram mobilizados. Percebe a crítica que faz parte dum discurso relativamente fácil, pedindo desculpa pela expressão, mas é inevitável no ciclo da gestão haver uma fase de obra visível, uma fase de execução de obra, uma fase de execução de projecto e uma fase de planeamento.

Apesar de tudo a Câmara Municipal de Palmela pode orgulhar-se de ter um desempenho, quer ao nível da receita quer ao nível da despesa, de valores absolutamente exemplares num conjunto significativo de autarquias. Numa pequena amostra feita a nível das autarquias da área metropolitana de Lisboa, Palmela é o município que tem a maior taxa de execução ao nível da despesa e é o segundo município com uma maior taxa de execução ao nível da receita. Sublinha que estes níveis estão no caso da receita numa taxa de execução de noventa e cinco por cento e no caso da despesa em noventa e um por cento. É bom saber-se que a média, dos sete municípios estudados na área metropolitana de Lisboa onde os três partidos estão na presidência e se situam nas duas margens, diz que para a receita a taxa de execução foi de oitenta e três por cento e para a despesa foi de setenta e nove por cento. Com pouco rasgo e com pouca cor o que interessa são os resultados entre aquilo que se propuseram fazer e aquilo que foi feito.

Sr. Presidente da Mesa, refere que tem mais dois pedidos de intervenção solicitando que sejam sucintos.

Sr. José Manuel Silvério do PS, diz que não quer que fique nenhuma dúvida porque já ouviu comentários colaterais e amanhã no Poceirão alguém vai dizer que o José Manuel Silvério disse aqui o que disse o vereador. Quem disse que a redução da despesa com pessoal em 2007 ia existir foi o Sr. Vereador, e é essa informação que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia amanhã tem que dar no Poceirão senão será obrigado a divulgar a acta.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, em relação às obras refere a obra de pavimentação da rua José Camarinho que está prevista para 2009, dez anos depois de ter sido pensada. Espera que com tanto tempo de planeamento e de projecto de obra a sua execução seja excelente. Todos sabem muito bem o que é fazer um plano de actividades. Se se for audacioso é com muita dificuldade que se chegará aos oitenta por cento de execução e já teve a prova disso na sua actividade profissional. Termina dizendo que a taxa de execução depende da audácia e a Prestação de Contas agora apresentada não respigou audácia.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sra. Presidente da Câmara, diz que o Sr. Vereador Adilo Costa foi interpelado e gostava de poder usar da palavra.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra ao Sr. Vereador Adilo Costa.

Sr. Vereador Adilo Costa, apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à interpelação feita pelo Sr. José Manuel Silvério tem a dizer que a sua intervenção foi feita numa ocasião em que se estavam a dar resultados previsionais em termos de Orçamento ou seja o que se previa gastar no ano de 2007.

Pegando em todas as questões colocadas quer dizer que o pessoal não tem só a ver com as despesas de pessoal propriamente ditas mas sim todos os encargos relativos ao pessoal. Há dois tipos de despesa que gostaria de referir porque não dependem só da autarquia e são as despesas com a segurança social e com a saúde.

Acontece que de 2005 a 2007 as despesas com pessoal aumentaram de dezasseis vírgula seis milhões para dezassete vírgula quatro milhões em 2006 e dezassete vírgula cinco milhões em 2007, ou seja um aumento de zero vírgula quatro por cento. A verdade é que a Caixa Geral de Aposentações aumenta de treze por cento para quinze por cento em 2007, situação que não era esperada, e a Segurança Social teve um aumento de três vírgula sete por cento.

Em relação ao pessoal do quadro tem a dizer que o número de trabalhadores baixou de mil e cinquenta e cinco trabalhadores em 2005 para mil e nove trabalhadores em 2007. Quanto às horas extraordinárias diz que em 2005 tinham sido gastos um milhão de euros, em 2006 baixou-se para seiscentos e noventa e sete mil oitocentos e cinco euros e em 2007 aumentou para setecentos e vinte mil novecentos e setenta e três euros. Num universo de mil e nove trabalhadores houve um aumento de vinte e três mil cento e sessenta e oito euros, ou seja vinte e dois euros e noventa e seis cêntimos por trabalhador e zero vírgula trinta e oito cêntimos por município. A verdade é que existe um grande esforço na redução das horas extraordinárias e essa mensagem foi enviada para dentro da organização.

Por fim e em relação ao pessoal em regime de tarefa e avença também houve uma redução. Em 2006 gastou-se seiscentos e vinte e dois mil seiscentos e quarenta e oito euros e em 2007 quinhentos e setenta e dois mil seiscentos e trinta e dois euros, tendo havido uma redução de oito vírgula setenta e sete por cento.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 15 votos a favor da CDU, 4 votos contra do PS e 5 abstenções (4 do PSD e 1 BE). Aprovado em minuta.

3 – Contracção de Empréstimo Bancário de Longo Prazo para Financiamento de Investimentos Municipais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se quer aduzir mais alguma questão.

Sr. Presidente da Câmara, diz que a proposta é clara pelo que aguarda eventuais pedidos de esclarecimento.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, diz que o Partido Social Democrata é coerente com a opção que tomou em última sessão onde aprovou a realização do empréstimo para um conjunto de obras.

De facto aquilo que os eleitos do PSD querem é que as obras se façam e assim sendo é óbvio que no caso concreto e relativamente à aprovação do empréstimo irão viabilizá-lo, o que não quer dizer que em relação ao mesmo não haja uma série de questões a colocar tal como já foram colocadas em sessões anteriores.

A Câmara Municipal está a endividar-se a quinze anos e já sabe que lhe irão responder que ainda existe capacidade de endividamento quando muitas Câmaras já não o têm, o que é verdade. Porém se para fazer obra se tiver que recorrer sempre a empréstimos, ou as obras se fazem em quinze anos, que é o tempo do empréstimo, ou então qualquer dia acaba-se a capacidade de endividamento e depois acabam-se as obras.

Esta é a questão política de fundo subjacente à questão do empréstimo em si, e vem “a talhe de foice” aquela obra emblemática que foi aprovada em anterior pedido de empréstimo, já hoje referida pelo Dr. Miranda Lemos, que é o mercado de Pinhal Novo. Refere que é morador em Pinhal Novo desde 1995, sendo que nessa altura o mercado era novo e teria cerca de dois anos. Não era de seu conhecimento que aquela obra tinha ganho um prémio porque se soubesse teria proposto uma comissão de utentes para o preservar e não deixar que fosse abaixo, como aconteceu há poucos dias. Acontece que apesar das pessoas que estão nos cargos não serem as mesmas a força política mantém-se. Aquilo que se deve exigir é que estes factos não se repitam porque se poderia estar a poupar dinheiro para uma outra obra se o mercado ainda estivesse de pé.

A bancada do PSD irá viabilizar o empréstimo com a ressalva de que se o endividamento continuar qualquer dia não haverá investimento esperando que as obras não transitem em julgado de ano para ano e que sejam feitas.

Para terminar, e quanto ao ciclo, diz que é verdade que o ciclo neste momento seja os empréstimos para as obras e por acaso há um tempo para planear e as obras vão aparecer na altura das eleições. Aí também compreenderia se a CDU tivesse ganho agora a autarquia, mas são os mesmos. Pela parte do PSD irão viabilizar, ficam para ver e irão estar muito atentos.

Sr. José Manuel Silvério do PS, em relação à proposta apresentada já tudo foi dito tratando-se de um empréstimo chamado de “época de natal” mas neste caso é para “época de eleições” e também sabem quem quer ser o pai natal. Só que as prendas são fora de prazo e já estão prometidas há muitos anos pelo que não irão dar alegria e vão saber a engano.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Na última sessão da Assembleia a CDU apresentou uma Moção que entre outras coisas sublinhava os enormes lucros das grandes empresas e os escandalosos lucros dos bancos. Para espanto de todos ouviu-se, recentemente, o Sr. Vereador Adilo Costa a propósito da sua satisfação pela contracção deste empréstimo dizendo que foi conseguido “... *apesar da crise financeira que existe na banca a nível nacional e internacional...*”. Pessoalmente apetece-lhe dizer: coitadinhos, tenho tanta pena deles. Termina dizendo que fica aqui para a posteridade mais esta contradição e hipocrisia da CDU.

Sr. Carlos Guinote do BE, em relação ao endividamento o Bloco de Esquerda não tem problema nenhum com esta questão porque quando é sustentado serve para o emprego uma vez que vai manter ou até criar novos postos de trabalho.

Não fazem crítica pela cítrica como já todos perceberam por isso não fez intervenções anteriormente.

O cumprimento daquilo que a Câmara se propõe fazer é que é o problema, porque já referiu em anterior sessão que houve cidadãos que se queixaram de promessas feitas, orçamentadas e não cumpridas. Cumprindo a Câmara aquilo a que se propõe, o Bloco de Esquerda apoia com todo o gosto o endividamento porque é do seu conhecimento a boa situação da Câmara Municipal em relação a esta questão.

Sra. Presidente da Câmara, diz que uma vez que estão a discutir matéria muito importante para a autarquia vai ter que intervir.

Gostaria de dizer aos Srs. Membros da Assembleia que se porventura tiverem algum receio da situação financeira que este empréstimo pode provocar, pode assegurar que a Câmara de Palmela tem tido grandes preocupações no que respeita ao rigor da gestão camarária. Refere que este empréstimo mesmo no seu período mais crítico que será no ano de 2009, e em que se prevê que tenha um peso de cinco vírgula dois por cento no total da receita, estará muito aquém das capacidades do município. Neste momento com a contracção do empréstimo irão ser utilizados sessenta e três por cento da capacidade de endividamento, continuando com folga para outros empréstimos se eventualmente se revelarem necessários ou para alguma urgência.

Quanto à filosofia e ao facto de a Câmara só conseguir fazer obras com recurso a empréstimos, quer dizer que lhe parece ser uma inevitabilidade para o conjunto das câmaras porque de acordo com a Lei das Finanças Locais não há alternativa. Gostaria de recordar que os encargos são cada vez maiores, nomeadamente as despesas correntes, com o funcionamento daquilo que hoje é básico e que são os sistemas de abastecimento de águas e de saneamento. A Câmara de Palmela paga um milhão e meio de euros para a Simarsul e cerca de um milhão de euros à Amarsul. Será inevitável que consumindo os recursos da autarquia no funcionamento, não da Câmara Municipal mas do concelho e dos sistemas, o único recurso existente para porventura continuar a fazer obras será mesmo o de recorrer a empréstimo. Dificilmente se conseguirá criar disponibilidades próprias para investir muito.

Mesmo as janelas de oportunidade, referidas pelo Dr. Miranda Lemos a propósito da plataforma logística que se vai instalar no concelho, trazem associadas enormes encargos. Neste momento a Câmara Municipal está numa batalha importantíssima para defender aquilo que consideram absolutamente essencial em matéria de vias que têm que ser executadas de modo a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

não penalizar os cidadãos do município de Palmela, até os cidadãos que vão trabalhar cá, e directamente os cofres da autarquia porque alguém tem que fazer a manutenção das vias. As janelas de oportunidades também significam esforços de investimento não são concertiza um cofre cheio.

Quando actualmente estão confrontados com um conjunto de obras de infra-estruturas, que podem ser vistas na lista de obras candidatas ao empréstimo, significa que estão muito mais apostados na qualidade de vida do concelho do que propriamente nas tais obras emblemáticas ou com ar de estátua e de rosto que porventura possam ser consideradas com mais rasgo ou com mais cor. É isso que tem que ser assumido e isto é que é coerência: é dizer que este município continua a precisar de infra-estruturas, continua a precisar de um fortíssimo investimento na educação e são essas coisas que são feitas e não são vistas por todos. A educação sendo das coisas mais importantes da vida é vista essencialmente por aqueles que se relacionam directamente com ela. As infra-estruturas são sentidas por aqueles que não as tinham e passaram a ter e não são vistas por ninguém. Mesmo quem não as tinha e passou a ter rapidamente vai esquecer porque se tornou uma coisa tão óbvia que nem se lembram da diferença de quando não tinham. É isto que a Câmara Municipal continua a fazer e é um exercício de coerência.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 20 votos a favor (15 da CDU, 4 do PSD e 1 BE) e 4 abstenções do PS. Aprovado em minuta.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, apresenta declaração de voto dizendo que os Membros da bancada do Partido Socialista votam vencidos, abstendo-se, porque não querendo contribuir negativamente para a execução de obras, há tanto tempo prometidas e necessárias para a vida do concelho, não podem concordar com o aumento do endividamento municipal e com uma operação financeira que destinando-se a apoiar calendários e interesses eleitoralistas provocará encargos para o futuro no valor de três ponto seis milhões de euros. Sem pôr em causa o conjunto de intervenções que, se forem executadas em tempo, muito virão a beneficiar as populações têm os membros da bancada do Partido Socialista que manifestar a sua discordância:

1. com os sucessivos endividamentos que lentamente, mas progressivamente, vão hipotecando o futuro;
2. com uma operação que se destina a financiar o apoio ao calendário eleitoral em detrimento de benefícios imediatos aos cidadãos e há muito merecidos e prometidos;
3. com a não apresentação de um calendário claro e uma estimativa de custos para cada obra que constituísse um compromisso do executivo autárquico com os cidadãos eleitores do concelho,
4. porque trinta e quatro anos após o 25 de Abril a autarquia comunista que gere Palmela, um dos concelhos mais ricos do país, ainda não tenha terminado as intervenções a nível de infra-estruturação, drenagens, águas, esgotos e pavimentações e apenas aponte para uma meia dúzia de obras numa óptica de desenvolvimento cultural ou patrimonial como seja a remodelação dos Paços do Concelho, ampliação e remodelação de duas escolas e construção de outra, recuperação do Cine Teatro São João e o centro para a juventude em Quinta do Anjo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

A visão que o Partido Socialista tem para a estratégia autárquica no sentido do desenvolvimento da qualidade do que se oferece às pessoas, da necessidade do investimento para crescer e transformar faz toda a diferença relativamente às políticas defendidas pelo Partido Comunista que ainda está e não sai do nível da fundação do alicerce, dificilmente chegando ao resultado, à visibilidade e à obra que eleve a níveis elevados os padrões de vida dos cidadãos.

4 – Alteração ao Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende aduzir algum esclarecimento à proposta.

Sr. Presidente da Câmara, diz que apesar da proposta ser clara mas como tem alguma especificidade gostaria de esclarecer que se trata de uma alteração pontual ao regime de urbanização e edificação do município de Palmela e acontece por força da necessidade de adaptar o regulamento municipal à nova figura, imposta por lei, dos procedimentos por comunicação prévia. O regulamento terá que ser todo revisto, no sentido de se adequar ao que a Lei da Finanças Locais exige.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro pretende intervir.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, diz que a bancada do PSD nada tem a opor às adaptações agora feitas no regulamento municipal de urbanização e edificação.

Ficaria mal com a sua consciência se não dissesse que, em matéria tão sensível para o interesse público e das futuras gerações, a suposta simplificação introduzida pela Lei nº. 60/2007, de 04 de Setembro, ao reduzir o controle prévio da administração sobre projectos urbanísticos dos mais variados possa acrescentar eficácia e contribuir para o objectivo assumido dum bom ordenamento do território. Só a experiência poderá dizer se está a ser uma *“ave de mau agouro”* ou se os seus receios se virão a traduzir em aspectos práticos muito negativos em termos de ordenamento do território.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que o regulamento está muito complicado pelo que terá oportunidade de tomar uma posição em geral sobre o mesmo. Apesar de votar favoravelmente a alteração hoje proposta não gostaria de deixar clara a posição do Bloco de Esquerda, porque facilitar a vida às pessoas é uma coisa boa desde que elas cumpram com aquilo que está prometido e muitas vezes levam-se meses a fazer qualquer coisa. O actual regulamento tem erros, falhas e exigências a mais pelo que falará sobre isso noutra ocasião.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 24 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS, 4 do PSD e 1 BE). Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 02,15 horas do dia 11 de Abril de 2008, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 11 de Abril de 2008